

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE ENGENHARIA DE LORENA – EEL/USP

GABRIEL LOURENÇO NOGUEIRA

**POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E INCLUSÃO EM UNIVERSIDADE: UM ESTUDO
DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DE ALUNOS DE EXATAS**

LORENA – SP

2019

GABRIEL LOURENÇO NOGUEIRA

**POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E INCLUSÃO EM UNIVERSIDADE: UM ESTUDO
DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DE ALUNOS DE EXATAS**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Escola de Engenharia de Lorena
EEL-USP como requisito obrigatório para a
conclusão do curso de Engenharia de Produção

Orientadora: Professora Dra. Maria Auxiliadora
Motta Barreto

‘
LORENA – SP

2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema
Automatizado da Escola de Engenharia de Lorena,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lourenço Nogueira, Gabriel
POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E INCLUSÃO EM
UNIVERSIDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DE
ALUNOS DE EXATAS / Gabriel Lourenço Nogueira;
orientadora Maria Auxiliadora Motta Barreto. -
Lorena, 2020.
70 p.

Monografia apresentada como requisito parcial
para a conclusão de Graduação do Curso de Engenharia
de Produção - Escola de Engenharia de Lorena da
Universidade de São Paulo. 2020

1. Sistema de cotas. 2. Inclusão e permanência
estudantil. 3. Universidade pública de ensino
superior. 4. Assistência estudantil. 5. Grupos de
inclusão. I. Título. II. Auxiliadora Motta Barreto,
Maria , orient.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Carlos e Adelina, por me oferecerem condições financeiras e psicológicas para conquistar uma cadeira em uma das melhores universidades de ensino do país. Por serem meu orgulho e inspiração e me propiciarem a criação mais justa, ética e amorosa que poderia ter. Aos meus irmãos, Samuel e Daniel, que me inspiraram a buscar meus sonhos e serem exemplos de sucesso profissional e intelectual. À minha tia e professora Alice, que me ajudou nas dificuldades acadêmicas desde o ensino fundamental, conquistando o título de “segunda mãe” que jamais será substituído.

À minha professora e orientadora, Dodora, que incansavelmente revisou todas as versões dessa pesquisa, desde erros gramaticais até orientações de como direcionar melhor os objetivos e resultados do meu estudo. Sem você, não estaria orgulhoso do resultado que cheguei.

Aos docentes, funcionários e colegas da EEL-USP que me educaram academicamente. Sem vocês todos trabalhando pela educação pública do país, jamais seria o profissional que sou hoje.

Aos meus amigos da República Tribos, que fizeram da minha graduação um espaço mais leve, de crescimento e descoberta, criando um lar inclusivo e aberto ao debate, onde eu pude me libertar para ser quem eu sou, sempre com companheirismo e muita amizade. Hoje, definitivamente considero como meus irmãos.

Aos meus parceiros empreendedores, ativistas e agentes de mudança da EEL-USP, que descobriram na prática comigo, uma sociedade brasileira repleta de desigualdades e injustiças. Serei eternamente grato por toda a empatia social e educacional que desenvolvemos juntos. Em especial; Carolaine Lanza, Marina Pazeti, Thiago Ribeiro, Lucas Bernar, Victor Nagamine, Maria Emília, Tainah Villela, Augusto Bortot, Thiago Tamascia, Luis Felipe e todo o PCF e ENACTUS 2015.

A grandes amigos que nunca se calaram perante as injustiças sociais desse Brasil. Obrigado por sempre me trazerem para o centro do debate, seja educacional, político ou social. Em especial a Lívia, Jane, Gabriel(Paupau), Gabriel(Hamtaro), Beatriz, Isadora, Jordy, Marcela, Diego e Guilherme!

Ao governo de Dilma Rousseff, que criou o Ciências sem Fronteiras, me levando até a Austrália para conhecer um modelo educacional de ponta e me apresentou lugares incríveis deste planeta. Apenas um governo que olhe com seriedade para a educação, terá a mínima possibilidade de criar um país com menores desigualdades.

Aos amigos que fiz Austrália e que participaram da melhor experiência que já vivi, obrigado pelas viagens, pelas festas e pelos momentos de *frenesi* que guardarei para toda a vida. Em especial a Fernanda Filipini que me apresentou o amor e Nickolas, Pedro, Eduardo e Marjorie, considerados os *flatmates* mais incríveis que poderia ter.

Ao meu namorado Gustavo, que entendeu todos os finais de semana dedicados a esse trabalho, sendo sempre parceiro e cozinhando para mim enquanto eu escrevia.

Aos artistas ativistas que expões através de seus talentos a luta pela educação e por um Brasil melhor, em especial: Criolo, Emicida, Elis Regina, Caetano Veloso, Baco Exu dos Blues, Belchior e por último, Bia Ferreira, que me inspirou a seguir com a temática deste trabalho, com sua música “Cota não é esmola”.

Por fim, a todos os participantes que contribuíram com essa pesquisa, docentes, funcionários e estudantes da UFABC. A atenção exclusiva e dedicação de cada um de vocês foi essencial e indescritível. Obrigado!

“ [...] as minorias étnicas e culturais [...] se defendem da opressão, marginalização e desprezo, lutando, assim, pelo reconhecimento de identidades coletivas, seja no contexto de uma cultura majoritária, seja em meio à comunidade dos povos. São [...] movimentos de emancipação cujos objetivos políticos coletivos se definem culturalmente, em primeira linha, ainda que as dependências políticas, desigualdades sociais e econômicas também estejam sempre em jogo. [...] Como esses movimentos de emancipação também visam à superação de uma cisão ilegítima da sociedade, a auto compreensão da cultura majoritária pode não sair ilesa.” (STF, 2017).

RESUMO

NOGUEIRA, Gabriel Lourenço. **Políticas de Permanência e Inclusão em uma Universidade: Um estudo de caso sobre a percepção de alunos de exatas.** 2019. 65 f. Dissertação (Bacharel em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo, Lorena, 2019.

Considerando a pluralidade socioeconômica presente nas universidades públicas brasileiras após a implementação do sistema de cotas, é urgente a necessidade de debruçar sobre as políticas de permanência e inclusão estudantil no ensino público. O primeiro passo deste estudo é investigar na produção acadêmica, iniciativas consideradas relevantes por causar impacto direto na permanência ou inclusão de estudantes no ensino superior. A partir dos resultados, foi elaborado um *framework* teórico destacando as principais iniciativas implementadas em universidades brasileiras. Posteriormente, um estudo de caso foi feito em uma universidade federal paulistana, sendo entrevistados personagens relevantes para entender as ações, grupos e políticas relacionadas com o tema na instituição. Em seguida, foi aplicado um questionário aos estudantes de exatas buscando compreender o conhecimento dos mesmos sobre as iniciativas, grupos e políticas coletados na fase anterior. Os resultados coletados foram segmentados em três categorias de assistência estudantil para análise. Considerando tais categorias, pode-se observar que o conhecimento de um estudante sobre uma iniciativa, grupo ou política, é geralmente maior quando este aluno é beneficiado pela mesma. No entanto, o conhecimento de um estudante sobre uma iniciativa/grupo de permanência, não significa necessariamente que este aluno participa como membro dos grupos e órgãos institucionais que às executam, como é o caso de estudantes cotistas, que conhecem mais do que alunos não-cotistas sobre as políticas de assistência abordadas no estudo, no entanto, participam menos dos grupos que as executam. Por fim, foram apresentado exemplos de interação com respondentes do questionário ao corpo discente, demonstrando a contribuição da pesquisa como canal de informação sobre o temática de inclusão e permanência na instituição.

Palavras-chave: Sistema de Cotas; Inclusão e Permanência Estudantil; Universidade Pública de Ensino Superior; Assistência Estudantil; Grupos de Inclusão

ABSTRACT

Considering the socioeconomic plurality due the implementation of the quota system in Brazilian public universities, it is an urgent need to address the policies towards student inclusion and permanence in public education. The first step of this study is to investigate through the academic production, initiatives considered relevant for having a direct impact towards student inclusion or permanence in higher education. From the data collected, a theoretical framework was elaborated highlighting the main initiatives implemented in Brazilian universities. Afterwards, a case study was done in a federal university at São Paulo state, where relevant characters were interviewed to understand the actions, groups and policies presents in the institution which relates to the theme. Then, a questionnaire was applied to exact sciences students in order to understand their knowledge about the initiatives, groups and policies collected in the previous phase. The collected data were segmented into three main categories of student assistance for a better analysis. Considering these categories, it was observed that a student's knowledge of an initiative, group or policy is generally higher when that student benefits from it. However, a student's knowledge of a permanence initiative or group does not necessarily mean that this student participates as a member of the inclusion groups and institutional bodies that execute them, such as quota students who know more than non-quota students about the assistance policies addressed in the study, but participate less in the groups that implement them. Finally, examples of interaction with questionnaire respondents were presented, demonstrating the research contribution as an information channel on the theme of inclusion and permanence on the institution.

Key-words: Quota system; Student Inclusion and Permanence; Public University; Student Assistance; Inclusion Groups.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Universitários oriundos da escola pública no ENADE (%)	21
Figura 2 - Percentual de estudantes de medicina com renda familiar mensal superior a 10 salários mínimos no três ciclos do ENAD	22
Figura 3 - Mapa do <i>framework</i> teórico	36
Figura 4 - Grau de conhecimento por categoria (%)	52
Figura 5 - Tipo de participação em grupos/órgãos dentro da IES (%)	53
Figura 6 - Comparação de participação em grupos/órgãos dentro da IES (%)	54
Figura 7 - Comparativo dos graus de conhecimento por categoria entre cotistas e não-cotistas	55
Figura 8 - Interação virtual com respondentes do questionário	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação entre desempenho no vestibular e selecionados cursos da UERJ.....	20
Tabela 2 - Percentual de evasão/ingressantes em 2006/2009 – cotistas não-cotistas – UERJ ..	20
Tabela 3 - Ranking de categorias em função dos comentários dos entrevistados	43
Tabela 4 - Resultados consolidados da percepção dos entrevistados	44
Tabela 5 - Resultados consolidado da interação de alunos com órgãos/entidades	46
Tabela 6 - Conhecimentos dos alunos sobre bolsas e auxílios financeiros	49
Tabela 7 - Conhecimentos dos alunos sobre iniciativas/grupos de inclusão sociocultural	50
Tabela 8 - Conhecimentos dos alunos sobre iniciativas de acompanhamento pedagógico.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -Categorias de relação de auxílios do PNAES.....	27
Quadro 2 -Bibliografia investigada como referência para framework	33
Quadro 3 - Perfil de personagens entrevistados.....	37
Quadro 4 - Políticas e ações direcionada aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis ..	38
Quadro 5 - Iniciativas de auxílio e inclusão social promovidas pelo corpo discente.	41
Quadro 6 - Iniciativas/políticas/grupos selecionados para o estudo	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	Referencial Teórico.....	16
2.1	História das Ações Afirmativas	16
2.2	Sistema de Cotas no Brasil.....	17
2.3	Consequências da Política de Cotas	18
2.4	Inclusão Social e Políticas de Permanência	22
3	Metodologia	24
3.1	O Método de Pesquisa.....	24
3.2	Framework Teórico.....	26
3.3	Estudo de Campo	27
3.4	Coleta de dados	28
3.4.1	Framework Teórico.....	28
3.4.2	Pesquisa de Campo	29
3.5	Análise de dados e evidências.....	31
3.5.1	Análise das entrevistas.....	31
3.5.2	Análise dos inquéritos.....	32
3.6	Resumo de pesquisa	32
4	Resultados e Discussão	34
4.1	Construção do framework teórico	34
4.1.1	Bolsas e auxílios financeiros.....	34
4.1.2	Inclusão sociocultural	35

4.1.3	Acompanhamento pedagógico personalizado	36
4.1.4	Desenho do framework teórico.....	36
4.2	Entrevistas na universidade.....	37
4.2.1	Perfil dos entrevistados	38
4.2.2	Informações coletadas e percepção dos entrevistados.....	38
4.3	Inquérito com o corpo discente de exatas	45
4.3.1	Interação dos respondentes com grupos que lidam com a temática da pesquisa	46
4.3.2	Seleção de políticas, iniciativas e grupos para a pesquisa	47
4.3.3	Percepção dos estudantes sobre permanência e inclusão estudantil	48
4.4	Comparações entre perfis diferentes de estudantes.....	54
4.5	Fomento da temática no ambiente universitário	57
5	Conclusão.....	58
5.1	Aprendizados e sugestões para futuros trabalhos.....	59
6	Referências Bibliográficas.....	61
Apêndice A – Roteiro da entrevista.....		64
Apêndice B – Inquérito para o corpo discente		66

1 INTRODUÇÃO

O cenário do Brasil atual, em um âmbito econômico-social, é reflexo evidente de sua história. Um passado de aproximadamente duas gerações, evidencia um Brasil repleto de desigualdades e injustiças sociais apoiadas por setores fundamentais da sociedade (MACHADO e CAINELLI, 2014). Neste contexto, é possível compreender o cenário atual, na qual extraímos indicadores desfavoráveis para populações marginalizadas, em aspectos como distribuição de renda, acesso à educação e saúde, saneamento básico e inserção no mercado de trabalho profissional (HERINGER, 2002).

Dentre os aspectos citados, o baixo acesso à educação talvez seja um dos pontos mais discutidos nos últimos anos. Os holofotes apontam constantemente para essa temática, pois em meados dos anos 2000, os governos federal, municipal e estadual foram fomentados com programas de ingresso estudantil, popularmente conhecido como sistema de cotas, com o objetivo de apresentar alternativas mais democráticas de acesso à educação (BENTO et al., 2016). Desde o início da inserção de tais políticas afirmativas, a procura pelo ensino superior vem obtendo crescimento significativo entre as populações que vivem à margem da sociedade (SANTOS et. al, 2013). Como consequência, torna-se evidente nas Instituições de Ensino Superior (IES), o aumento da miscigenação social, cultural e econômica. Neste contexto de pluralidade étnico-cultural, destaca-se a importância das instituições de ensino, no papel de promover além do sistema de cotas, ações práticas de inclusão e permanência estudantil, para que de fato, a política pública seja efetiva em seu propósito (MAYORGA et al., 2012). Entretanto, após uma análise em um conjunto de 57 Instituições de Ensino Superior Públicas que possuem o sistema de reserva de vagas consolidados, apenas 26% executam de forma institucional, programas de permanência, assistência e inclusão ao público cotista ou de baixa renda (PORTES e SOUSA, 2011).

Produções acadêmicas que exploram as temáticas de acesso educacional, vem se demonstrando essenciais para evidenciar iniciativas de inclusão e permanência estudantil que estão sendo implementadas. O aumento exponencial de pesquisas sobre o tema, evidenciam cada vez mais o anseio social por programas institucionais de inclusão, que contribuam diretamente para o sentimento de equidade social e propiciem um estímulo para o rompimento de barreiras estruturais (GURGEL e BEZERRA, 2012).

De acordo com Heringer (2014), é importante que os efeitos benéficos das políticas afirmativas sejam debatidos, conhecidos e compreendidos pela sociedade, pois o reconhecimento, contribuí diretamente para o fomento de sua ampliação e melhoria (HERINGER, 2014). Pensando neste cenário ideal de engajamento em uma IES, é essencial que a comunidade de engenheiros entenda que seu papel na sociedade vai além da busca por soluções de problemas técnicos, mas que reconheça também sua responsabilidade humanitária de fomentar a acessibilidade à educação para a maioria das pessoas (TONINI e DUTRA, 2009).

Com base nos fatos apresentados acima, esta pesquisa busca através da literatura e de um estudo de caso, explorar as principais características de iniciativas de inclusão e permanência estudantil na universidade pública. Adicionalmente, procura entender qual a percepção do corpo discente de exatas de uma Universidade Federal no estado de São Paulo, sobre as iniciativas institucionais e acadêmicas sobre a temática.

Em uma perspectiva mais específica, esta pesquisa busca:

- I. Compreender o cenário atual de iniciativas de permanência estudantil do ensino superior público e a relação das mesmas com regulamentações governamentais;
- II. Investigar as iniciativas de inclusão e permanência na Universidade Federal e a percepção do corpo discente do Bacharelado em Ciência & Tecnologia sobre as mesmas;
- III. Informar e fomentar a discussão da temática de permanência e inclusão social no âmbito universitário;

2 Referencial Teórico

2.1 História das Ações Afirmativas

O termo “ação afirmativa” – *affirmative action* – surgiu nos Estados Unidos da América no ano de 1935, como objetivo de inibir as repressões trabalhistas aplicadas por empregadores em represália direta contra membros e líderes sindicais (MACIEL, 2015). Genericamente, o termo pode ser definido como uma forma de reparação paliativa destinada a grupos historicamente discriminados e excluídos socioeconomicamente pela sociedade dominante (FERES & DAFLON, 2015).

Após 25 anos do surgimento do termo, no ano de 1960 acontece de fato a primeira ação afirmativa, formulada e sancionada pelo estado americano. Dado o histórico discriminatório da sociedade americana na metade do século XX, tal ação afirmativa assinada pelo então Presidente John Kennedy, tinha por objetivo garantir a igualdade de direitos civis entre a população branca e negra (MACIEL, 2015).

O surgimento de ações afirmativas fora do território americano, aconteceu na Índia, na década de 1940. Entretanto, as ações migravam do cenário civil e trabalhista, se expandindo para as instituições governamentais, nas quais grupos indianos de castas inferiores passam a exigir a inclusão de seus representantes dentro do parlamento. (VILAS-BOAS, 2013).

Dentre as diversas vertentes de políticas afirmativas, uma das mais comuns e difundidas, é a reserva de vagas em cursos universitários, conhecida popularmente como “cotas”. As primeiras iniciativas desse modelo podem ser vistas em 1969 nos Estados Unidos, na qual universidades americanas, com o objetivo de combate direto à discriminação, implementaram políticas de incentivo para o ingresso de pessoas negras, anteriormente proibidas de frequentar instituições destinadas à população branca (MACIEL, 2015).

Desde então, o movimento de implementação de ações afirmativas se expande para países como Nigéria, Sri Lanka, Malásia e Brasil, divergindo em suas origens, setores e fundamentações ideológicas, entretanto convergindo em seu objetivo comum de diminuição efetiva da desigualdade de oportunidades (VILAS-BOAS, 2013).

De fato, pode-se afirmar que os primeiros históricos datados da implementação de políticas afirmativas surgiram na década de 60 nos Estados Unidos, oriundos da luta histórica

de grupos minoritários para a igualdade de direitos civis em uma sociedade discriminatória (VILAS-BOAS, 2013).

2.2 Sistema de Cotas no Brasil

É importante entender as similaridades entre a história do Brasil e Estados Unidos em termos de colonização. Em ambos, torna-se evidente a consequência direta dos seus processos históricos de escravidão na estrutura da sociedade após o movimento abolicionista. Problemas sociais como má distribuição de renda e posses, discriminação étnico-racial, acesso à educação, saúde e moradia apresentam pontos convergentes na história de ambos os países. Entretanto, o Brasil tardou a reconhecer a consequência direta da discriminação na sociedade civil e mesmo que o racismo já tenha sido definido como crime em 1989, foi apenas em 1996 o reconhecimento governamental do impacto da discriminação em todas as instâncias sociais e indicadores de qualidade de vida. Tal reconhecimento se dá através de um documento enviado às Nações Unidas (HERINGER, 2002).

Levando em conta o contexto abordado no parágrafo anterior, a segmentação histórica marginalizou determinados grupos populacionais, dificultando o acesso a requisitos básicos de sobrevivência e desenvolvimento humano como a educação. Sendo assim, torna-se uma preocupação da sociedade a implementação de políticas inclusivas como o sistema de cotas, que visam a representação e inserção de minorias no ensino superior da rede pública, historicamente destinado ao segmento da elite brasileira (GURGEL e BEZERRA, 2012).

Atualmente no Brasil, o acesso à universidade do setor público é possível mediante a aprovação em um exame anual ou semestral. As IES públicas brasileiras que possuem acesso através de um exame de ingresso, podem ser categorizadas entre federais, estaduais e municipais. As estaduais em geral possuem um exame próprio, independentes entre si, e aplicado internamente ou através de terceiros. Em contrapartida, para ingresso nas instituições federais, foi criado o Sistema de Seleção Unificada (SISU), que através dos resultados obtidos pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), permite o acesso à diversos cursos de graduação (DA LUZ e VELOSO, 2014).

A gratuidade e credibilidade de tais universidades no mercado de trabalho resultam em uma concorrência elevada, aumentando significativamente a dificuldade de ingresso de pessoas desfavorecidas em sua educação de base. Como consequência direta, a universidade, que em

seu propósito e essência, deveria ser pública e de acesso igualitário, acaba por se tornar mais um vetor de segregação social, consolidando o *status quo* de desigualdade na sociedade (GURGEL e BEZERRA, 2012).

Para superar a lacuna da desigualdade de oportunidades no setor educacional, as primeiras ações afirmativas em território nacional foram tomadas pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro(ALERJ), aprovando em 2000, a lei nº3524, introduzindo uma drástica mudança no sistema de acesso às universidades fluminenses. A partir daquele momento, 50% das cadeiras de graduação deveriam ser de acesso exclusivo à alunos da rede pública (MACHADO, 2013, p10). De acordo com Machado (2013), foi apenas no vestibular de 2003, que de fato foi implementado o modelo de lei aprovado na Alerj nos vestibulares da UERJ e Universidade Estadual do Norte Fluminense(UENF), ainda embrionário em seu processo e repleto de controvérsias estruturais e ideológicas.

No ano de 2004, a Universidade Federal de Brasília foi a primeira instituição no âmbito federal a implementar um modelo de reserva de vagas para negros, segmentando 20% das vagas para esta categoria (BENTO *et al.*, 2016).

A partir dos primeiros exemplos de implementação, discussões acerca do sistema de cotas ganharam espaço em âmbito nacional, e como consequência, foi aprovada em agosto de 2012 a *Lei de Cotas*(nº 12.711), como política afirmativa de separação de vagas para candidatos de baixa renda, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (MACHADO, 2013).

2.3 Consequências da Política de Cotas

Para validar o exercício social objetivado pela *Lei de Cotas* e demais iniciativas afirmativas, é necessário analisar os números e indicadores referentes a tal temática. No entanto, a não consolidação de tais ações ou a falta de pesquisa de dados em instituições dificultam o processo de exposição e transparência dos resultados diretos da implantação do Sistema de Cotas no âmbito nacional. Como consequência, diversos mitos e críticas surgiram contrapondo a efetividade e constitucionalidade das políticas afirmativas no país, como podem ser lidos abaixo:

- Segmentação e subversão do mérito acadêmico, partindo do princípio que as cotas priorizam determinados indivíduos na sociedade no ingresso ao ensino superior;

- Inconstitucionalidade do sistema, por não refletir o princípio de igualdade de oportunidades descritos na constituição brasileira;
- Regressão do nível acadêmico nas instituições, ressaltando a necessidade de adaptação das aulas e ementas para um nível intelectual em geral diminuído pela inserção de cotistas;
- Invalidade funcional do sistema, visto que a forma de subverter tal quadro de desigualdades deveria ser o investimento em educação básica.
- Aumento do percentual de evasão acadêmica, pelo não acompanhamento das atividades (CEPAL, 2007).

Apesar dos pontos apresentados acima, de acordo com Rawls (1997), a igualdade social no âmbito constitucional, apenas terá validade quando os princípios de justiça forem realidade, refletindo na prática o mesmo nível de liberdade e equitativo acesso a oportunidades entre membros de uma sociedade. Analisando tal reflexão junto ao histórico de desigualdades da sociedade brasileira, é possível observar as ações afirmativas como uma antítese à crítica de inconstitucionalidade, visto que em sua essência, ela busca a prática real de equidade da constituição, através de ações paliativas de justiça social (RAWLS, 1997).

Adicionalmente, para refutar qualitativamente tais mitos descritos, é possível destacar o resultado de estudos significativos que focalizam suas análises em uma instituição ou um grupo de universidades. De acordo com Bezerra e Gurgel (2012), os estudos relacionados à UERJ podem ser considerados os mais profundos e qualitativos, partindo do princípio que a instituição foi pioneira na implementação do sistema de cotas. Além disso, determinadas críticas à efetividade do sistema podem ser refutadas apresentando análises comparativas entre cotistas e não-cotistas, uma relacionada à performance e outro a evasão estudantil.

Conforme apresentado por Bezerra e Gurgel (2012), alunos que ingressaram na universidade em 2006, apresentaram uma sutil diferença na média acadêmica quando é feita a comparação entre alunos cotistas e não-cotistas ao final do curso, mesmo que a diferença de pontuação de ingresso seja significativa. Desta forma, se torna claro que o princípio de diferença e capacidade intelectual acadêmica não se aplica. Adicionalmente, é possível ressaltar o exemplo do curso de medicina, na qual os cotistas apresentam uma média ligeiramente maior, quando comparado aos não-cotistas (BEZERRA e GURGEL, 2012), conforme mostra a tabela 1 destacada abaixo.

Tabela 1 – Comparação entre desempenho no vestibular e selecionados cursos da UERJ

CURSO	Vestibular 2005		Média acadêmica nos cursos 2005/2009		Vestibular 2006		Média acadêmica nos cursos 2006/2009	
	Cota	Não cota	Cota	Não cota	Cota	Não cota	Cota	Não cota
Administração	80,48	80,02	8,077	8,044	80,00	80,11	7,941	8,01
Direito	43,83	72,38	7,71	8,57	44,93	72,58	7,189	8,800
Eng. Química	55,13	43,88	8,08	7,18	29,48	31,15	8,10	7,49
Medicina	53,30	75,08	7,40	7,00	50,42	73,24	7,10	7,11
Pedagogia-Rio	29,14	39,57	8,43	8,04	30,09	41,1	8,90	8,97
Pedagogia-SG	25,27	28,05	8,43	8,35	20,24	30,80	8,58	8,72

Fonte: Gurgel e Bezerra (2012)

Já na tabela 2, é possível observar que o fator de ingresso pelo sistema de cotas, não aumenta o percentual de evasão estudantil, em contrapartida, na verdade diminui tal métrica, dado o fato que cotistas apresentam índices de evasão menores comparados a não-cotistas (GURGEL e BEZERRA, 2012).

Tabela 2– Percentual de evasão/ingressantes em 2006/2009 – cotistas não-cotistas – UERJ

CENTRO	Curso	Ingressantes	Ingressantes não cotas	Ingressantes cotas	Evasão não cotas	Evasão cotas	% não cotas	% cotas
CCS	Administração	120	65	54	19	5	29,23	9,26
CCS	Direito	312	168	144	15	9	8,93	6,25
CTC	Engenharia Química	80	53	27	16	5	30,19	18
CBI	Medicina	94	51	43	2	2	3,92	4,6
CEH	Pedagogia- Rio	360	221	139	50	9	22,62	6,47
CEH	Pedagogia- SG	116	99	17	27	2	27,27	11,76
Media percentual de evasão por segmento							20,36	9,39

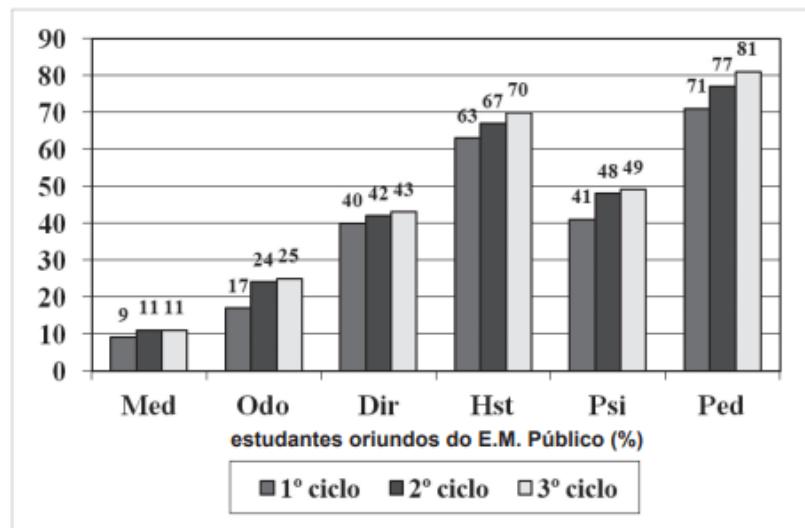
Fonte: Gurgel e Bezerra (2012)

Em uma análise mais abrangente nacionalmente, é possível compreender como resultado principal da política de cotas, a inclusão de diversidade socioeconômica no perfil dos ingressantes. Para validar tal métrica inclusiva, é possível observar os dados do *Questionário Socioeconômico* aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no qual torna-se evidente, que nos anos após a implementação da *Lei de Cotas*, ocorreu uma reformulação no perfil do estudante do ensino público (RISTOFF, 2014).

Os resultados apresentados pelo INEP, referente ao intervalo de 1991 até 2012, foram baseados nos dados de três ciclos de avaliação do ENADE (RISTOFF, 2014). Tais resultados evidenciam duas mudanças essenciais, primeiramente, ocorre um aumento gradual e crescente na inclusão do estudante da rede básica pública de ensino, quando analisados seis cursos de

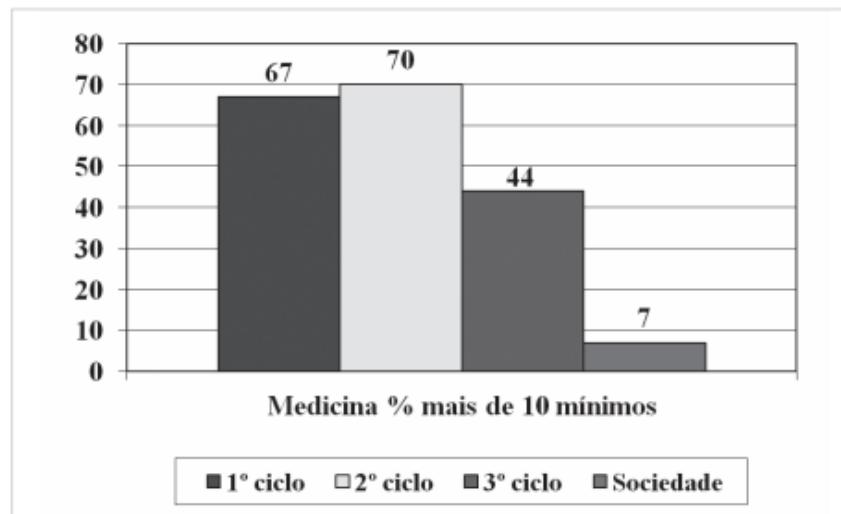
graduação, como pode ser observado na figura 1. Em uma análise segmentada, observando os resultados referentes ao curso de medicina, é possível concluir pela figura 2, uma segunda mudança considerável na porcentagem de alunos com renda familiar elevada, evidenciando o ingresso da pluralidade do perfil econômico em um curso historicamente dado como elitizado nas universidades brasileiras (RISTOFF, 2014).

Figura 1– Universitários oriundos da escola pública no ENADE (%)



Fonte: INEP.MEC. Sinopses Estatísticas das Educação Superior: INEP, 1991 – 2012

Figura II– Estudantes de medicina com renda familiar mensal superior a 10 salários mínimos no ENAD (%)



Fonte: INEP.MEC. Sinopses Estatísticas das Educação Superior: INEP, 1991 – 2012

2.4 Inclusão Social e Políticas de Permanência

Com a diversificação do novo perfil de alunos na rede pública de ensino, é importante compreender as diferenças e especificidades de cada público, para assim evidenciar a necessidade de adaptações no ambiente educacional, bem como estudar as políticas de permanência estudantil mais efetivas e adequadas a cada subgrupo de estudantes.

De acordo com Machado (2013), a grande maioria dos estudos relacionados as políticas afirmativas não evidenciam quais as ações estão sendo tomadas para garantir a permanência dos alunos selecionados através do sistema de cotas, garantindo sua saúde emocional e adaptabilidade ao ambiente durante a graduação. Tal descontinuidade de análise das políticas de inclusão se dá pela complexidade de extrair conclusões assertivas, dado as diversas variáveis relacionadas a individualidade da condição humana, que por consequência, determinam a permanência de um estudante cotista.

Apesar da resistência a tais pesquisas científicas, o debate acerca do processo de inclusão não foi omissão na instituição pioneira em adotar as cotas. Desde sua implementação na UERJ, foram organizados seminários de debates sobre inclusão com participação de diversas instituições, movimentos estudantis e agentes governamentais. Desta forma, a reitoria foi pressionada a criar uma comissão de suporte em 2002, responsável por elaborar propostas acadêmicas e econômicas de permanência a estudantes cotistas (MACHADO, 2013).

O exemplo de pioneirismo na abordagem da inclusão estudantil pela UERJ influenciou instituições espalhados pelo Brasil a fundarem comissões e programas que adotassem medidas e ações de inclusão que fossem além da reserva de vagas. Na listagem de exemplos abaixo é possível observar exemplos de tais iniciativas:

- Programas de apoio estudantil na UENF, como bolsa trabalho e bolsa monitoria, na qual o estudante recebia um valor financeiro em troca do auxílio ao corpo estudantil para determinadas disciplinas (AMARAL, 2006)
- Programa de Ação Afirmativa da UFBA, na qual revisou junto à instituição a grade de horários de aulas, visando a flexibilidade de estudantes que precisavam conciliar trabalho com estudos (ALMEIDA Jr *et al*, 2005)
- Convênios com entidades públicas e privadas efetuados pelo Programa de Permanência da UFPA para a concessão de bolsas alojamento e alimentação para cotistas indígenas e quilombolas em condições de carência definidas pela universidade (BRITO FILHO, 2008).

Antes da primeira implementação do sistema de cotas, foi criado pelo Ministério da Educação o *Programa de Diversidade na Universidade*, em resposta às pressões do movimento negro. O programa tem por objetivo primordial fomentar a equidade de oportunidades e integração de negros, indígenas, estrangeiros, e demais grupos minoritários no ambiente universitário. Na prática, suas ações variam desde a concessão de bolsas de estudos, passando por oficinas pedagógicas de sensibilização para professores e alunos, até a implementação de projetos educacionais comunitários de pré-vestibular (SILVEIRA e Braga, 2007)

Mediante tais iniciativas apresentadas acima, pode-se extrair uma premissa de que políticas de assistência, inclusão e permanência vêm sendo adotadas por uma parcela significativa de instituições públicas do país. Entretanto, como destacado por Portes e Sousa (2011), em um pesquisa feita em 57 Instituições de Ensino Superior Públicas no país que adotam o sistema de cotas, 74% não possui um programa institucional de permanência ou assistência ao público cotista ou de baixa renda.

Adicionalmente à lacuna assistencial, pode-se extrair relatos frequentes de discriminação social e racismo institucional, na qual eximem claramente o contexto social na qual o estudante cotista é inserido. Tal contexto se dá pela baixa conscientização institucional sobre a questão social, que de forma escalada, causa reflexo no corpo discente através de atos preconceituosos (LEMOS, 2017)

3 Metodologia

3.1 O Método de Pesquisa

Para a realização da pesquisa, foi desenvolvido um estudo de caso, que consiste em uma análise que busca compreender as características e variáveis de um determinado fenômeno comportamental ou configuração social através da análise de ideias e soluções práticas, objetivando por fim, uma maior familiaridade com a temática de estudo (SELLTIZ; JAHODA; DEUTSCH, 1974).

De acordo com Gil (2010), a modelagem ideal de estudo de caso sobre determinado contexto deverá conter uma análise profunda de um ou mais objetos, com o objetivo de detalhar a situação investigada.

Visando o aprofundamento da temática deste trabalho, o método de pesquisa foi baseado em três fases: a primeira, mais focada em explorar o conhecimento bibliográfico, selecionando assim os elementos mais relevantes sobre a temática do estudo, para posteriormente, elaborar um *framework* teórico sobre o assunto. De acordo com Azevedo (2016), um *framework* teórico revisa e apresenta de forma breve as informações que são realmente relevantes e necessárias para orientar uma pesquisa, sendo feito com o objetivo introdutório de embasamento. Na segunda e terceira fase, complementares à primeira, foi desenvolvido um estudo de campo em uma Universidade Federal no estado de São Paulo, explorando agora, o contexto da instituição sobre o assunto. A segunda fase foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, coleta e análise de dados de personagens que interagem diretamente com iniciativas de inclusão e permanência estudantil. Por fim, a terceira fase buscou compreender através da investigação por inquérito, o conhecimento e percepção de estudantes dos cursos de exatas sobre determinadas iniciativas exploradas na fase anterior. Foram pesquisados apenas estudantes de exatas visando entender a percepção de estudante, que academicamente possuem menos disciplinas com escopo similar à temática do trabalho em detrimento de alunos de ciências humanas.

A escolha do autor para incluir a Universidade Federal no estudo, foi determinada pelas posições de extrema relevância da universidade de escolha no âmbito educacional, recebendo prêmios nacionais e internacionais pela sua aplicação de modelos disruptivos no *modus operandi*¹ do sistema de ensino público e adicionalmente, sua contribuição direta e intensa a

¹ Modus Operandi – Expressão em latim que significa “modo de operação” – Utilizado para designar uma maneira de agir, operar ou executar uma atividade seguindo geralmente os mesmos procedimentos

frente da questão de inclusão e permanência estudantil (DA SILVA *et al*, 2012). Com pouco mais de 13 anos desde sua fundação, a universidade já conta com políticas afirmativas pioneiras e que vão além do modelo tradicional encontrado em instituições de ensino superior, como por exemplo, ter sido em 2018 a 1^a universidade paulista a implementar a reserva vagas para a população transgênera (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2018). Em contrapartida, no momento de início desta pesquisa, foi cogitado pelo autor a realização do estudo de caso na Escola de Engenharia de Lorena (EEL-USP). Como via de decisão, além dos pontos já apresentados, foi levando em conta que boa parte da metodologia é baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo governo federal e utilizado como diretriz de repasse financeiro e implementação de políticas afirmativas. O PNAES acaba sendo utilizado como guia de diversas universidades públicas espalhadas pelo país na questão de permanência, sendo a universidade federal uma delas. Dado que a USP possuí um direcionamento interno de implementação de políticas e repasses financeiros, que não é o PNAES, foi escolhida um universidade Federal em detrimento da USP como ponto focal deste estudo de campo.

A estrutura metodológica de estudo de caso, expõe uma característica de pouco ou nenhum controle sobre o objeto estudado, buscando a compreensão de um contexto através de perguntas do tipo “por quê” e “como” (YIN, 2005). De acordo com Eisenhardt (1989), uma pesquisa com caráter exploratório-descritivo demanda a definição de perguntas-chave como uma forma de direcionamento da metodologia. Para que tais perguntas tragam resultados assertivos e alinhados com o propósito inicial, é fundamental que sejam claras, simples, intrigantes e relevantes cientificamente (PARÉ, 2004). Desta forma, o método de pesquisa objetivou responder as seguintes perguntas:

- a) Por que instituições públicas de ensino superior interagem diretamente com a temática de permanência estudantil?
- b) Como são implementados no ensino superior público, programas de inclusão, assistência e permanência estudantil tidos como referência?
- c) Como a UFABC estrutura seus programas de permanência e inclusão estudantil, quais são esses programas e qual a visão sobre os mesmos de um grupo de pessoas que interagem diretamente?

- d) Como é a percepção do corpo discente de exatas sobre as políticas e programas implementados? A pesquisa contribuí de forma informativa sobre o tema?

Visando responder as perguntas *a* e *b*, foi desenvolvido um framework teórico com o auxílio da bibliografia. A fim de responder as demais perguntas – *c* e *d*, realizou-se então estudo de caso, dividido em três etapas: (i) objeto de pesquisa; (ii) coleta de dados; (iii) análise dos dados e evidências.

3.2 Framework Teórico

O objetivo da apresentação do *framework teórico* é familiarizar o leitor, aproximando-o de iniciativas e políticas de relevância, que vem sendo implementadas no ambiente universitário. Para a sua construção, foram investigadas as regulamentações governamentais vigentes atribuídas à temática de assistência estudantil. Posteriormente, foi explorado junto a a bibliografia, determinadas iniciativas de planejamento e implementação de tais regulamentações em instituições públicas de ensino superior.

O Decreto nº 7.234 , criado pelo governo federal brasileiro em julho de 2010, é o documento mais recente que atribuí ao Ministério da Educação, a responsabilidade sobre o PNAES (BRASIL, 2010). O art. 3º do decreto, elenca dez ações de assistência sob responsabilidade do PNAES, consideradas importantes para a permanência estudantil de pessoas socioeconomicamente vulneráveis. Sendo elas no âmbito de:

- I. Moradia estudantil;
- II. Alimentação;
- III. Transporte;
- IV. Atenção à saúde;
- V. Inclusão digital;
- VI. Cultura;
- VII. Esporte;
- VIII. Creche;
- IX. Apoio pedagógico;
- X. Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência e transtornos de aprendizagem (BRASIL, 2010)

Levando em conta as dez tipos de auxílios do PNAES, foi feita uma subdivisão em três categorias principais que relacionam entre si, como pode ser observado no quadro 1. O objetivo da divisão proposta é simplificar a investigação junto a bibliografia, para que seja elaborado um framework claro, direto e objetivo, que evidencie macro ações e programas de permanência e integração estudantil, implementados em instituições públicas de ensino superior.

Quadro 1 – Categorias de relação de auxílios do PNAES

Tipos de Auxílio	Categoria de Relação
Moradia estudantil	Bolsas e auxílios financeiros
Alimentação	
Transporte	
Creche	
Cultura	Inclusão sociocultural
Esporte	
Inclusão digital	
Atenção à saúde	Acompanhamento pedagógico individualizado
Apoio pedagógico	
Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência e transtornos de aprendizagem	

Fonte: autoria própria

Durante a investigação da literatura, a metodologia utilizada para elencar iniciativas em instituições consideradas como relevantes, foi a citação direta da ação, em pelo menos dois artigos presentes no *Relatório de Bibliografias sobre Ações Afirmativas*. Como apontado por Gaspar *et al.* (2013), o relatório desenvolvido pelo Ministério da Educação, conta com mais de quatrocentas publicações e catálogos relacionadas com a temática deste estudo. Para cada categoria de relação destacada no quadro 1, foi estudado pelo menos uma iniciativa para a construção do *framework* teórico.

3.3 Estudo de Campo

Com o intuito de complementar o *framework* desenvolvido e responder as perguntas *c* e *d*, foi realizado um estudo a campo em uma universidade federal, a Universidade Federal do ABC (UFABC) e selecionado dois nichos populacionais para serem investigados, sendo eles:

(i) personagens relevantes que interagem diretamente com iniciativas de permanência e inclusão estudantil; (ii) corpo discente dos cursos bacharelado de exatas, nominados na instituição como Bacharelado em Ciência & Tecnologia (BC&T).

A determinação dos dois nichos populacionais – (i) e (ii) - para serem investigados, foi baseada nos seguintes motivos: Para (i), foi levada em conta o conceito de grupos sociais relevantes, que consiste no conjunto de pessoas com interesses, atividades ou objetivos em comum sobre determinado tema (POZZEBON, DINIZ & JAYO, 2008), ou seja, personagens que representem departamentos institucionais, organizações e comissões relacionadas com a temática de inclusão e permanência na instituição. Agora, para (ii), foi considerada a graduação de engenharia do autor, selecionando então, um público-alvo para investigação com histórico acadêmico similar. O curso de BC&T está dentro do formato pedagógico de ingresso de alunos na UFABC, que reside na organização de dois cursos de ingresso por campo de saber, ambos conhecidos como bacharelados interdisciplinares². Sendo eles:

- I. Bacharelado Interdisciplinar de Ciências e Humanidades (BC&H);
- II. Bacharelado Interdisciplinar de Ciências e Tecnologia (BC&T) (KLAUS, 2014).

Foram categorizados dois perfis: (a) cotistas e (b) não-cotistas. A segmentação foi feita com o objetivo de apresentar em uma matriz comparativa, as diferenças e similaridades dos resultados observados de ambos.

3.4 Coleta de dados

3.4.1 Framework Teórico

Com o objetivo de atender a premissa do framework apresentada na seção 3.2 e ao mesmo tempo, responder as perguntas *a* e *b*, foi utilizado o instrumento *dos 4 I's* – Intuição, Interpretação, Integração, e Institucionalização. O método busca garantir uma consistente análise bibliográfica, para que seja possível o entendimento completo de um processo de aprendizagem organizacional sobre um tema (CROSSAN, LANE & WHITE, 1999). De acordo com o método, para destacar as iniciativas que sejam de relevância, foi preciso se atentar para os seguintes pontos:

² Bacharelados Interdisciplinares – O BI é a única forma de ingresso na UFABC, formando bacharéis e preparando o discente para escolher e cursar um bacharelado tradicional e específico nos últimos anos de graduação.

- a) Clara identificação dos tema explorado, no caso deste artigo, iniciativas de permanência, assistência e inclusão estudantil;
- b) Indicação na ideia principal e suposições analisadas no framework, ou seja, a premissa de que existem tais iniciativas e que elas se relacionam com as responsabilidades do PNAES;
- c) Correlação entre a análise e a ideia – como os resultados da investigação bibliográfica de dois artigos distintos, refletem a significância das iniciativas analisadas.

3.4.2 Pesquisa de Campo

Para que a pesquisa a campo na UFABC apresentasse dados suficientes para responder as perguntas *d* e *e*, foram utilizados dois instrumentos de coleta distintos, e direcionados para cada um dos nichos populacionais definidos anteriormente (seção 3.4), sendo eles:

- I. Entrevistas semiestruturadas: aplicadas ao nicho (*i*);
- II. Inquéritos de pesquisa semiabertos: aplicados ao nicho (*ii*).

A realização das entrevistas obrigatoriamente antecedeu a aplicação dos inquéritos, dado que os resultados coletados das conversas, serviram como base para a criação de algumas das perguntas do questionário.

A escolha da ferramenta de entrevistas semiestruturadas foi baseada nas características concomitantes de liberdade de expressão do entrevistado e manutenção do foco do entrevistador, sendo então, um modelo com maior coleta de dados, pois não há o limitante de perguntas fechadas (GIL, 2010). Já os inquéritos, com a presença de perguntas tanto abertas quanto fechadas contou com um cunho informativo, visto que um dos objetivos deste trabalho é fomentar a discussão da temática da pesquisa no ambiente universitário.

Para as entrevistas, foram selecionados cinco personagens dentro do nicho (*i*), com perfil que atendia pelo menos um, de três critérios. Sendo eles:

- I. Membros de departamentos/órgãos institucionais responsáveis pelas ações de permanência estudantil;
- II. Membros de entidades e movimentos estudantis com foco em políticas afirmativas;
- III. Participantes de conselhos universitários e diretórios estudantis;

Foi então aplicado aos selecionados, um roteiro estruturado com sete perguntas, sendo que as primeiras quatro referiam-se a informações de nível pessoal e ocupacional dos entrevistados. Já as questões restantes, buscou compreender qual o cenário das políticas e/ou iniciativas, conhecidas pelo entrevistado, que suportam e/ou fomentam a permanência estudantil na universidade. Foi priorizado o formato presencial das entrevistas, mas viabilizado também o formato de conferência de vídeo *online*, quando o entrevistado não possuía disponibilidade presencial. Por fim, quando autorizado, as entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente para análise. O roteiro utilizado como guia encontra-se como Apêndice A.

A segunda ferramenta utilizada foi um inquérito parcialmente fechado direcionado aos estudantes do BC&T, a fim de compreender a percepção do estudante sobre as iniciativas de permanência estudantil da universidade. Foi aplicado em dois formatos, *online* e físico, sendo a escolha de disponibilizá-lo em dois formatos baseada na orientação de um dos entrevistados na fase anterior de entrevistas, que apontou uma aderência significativa de estudantes no preenchimento de pesquisas em formato físico e disponíveis em locais de intenso fluxo de pessoas, como: restaurantes universitários; centros de lazer; sedes de movimentos estudantis...). No entanto, como os questionários *online* não contam com presença do autor quando respondidos, é necessário uma atenção a mais em sua elaboração, buscando clareza e evitando dúvidas ou vieses (BAPTISTA; CUNHA, 2007). O questionário continha três seções:

- I. Informações básicas sobre o perfil do estudante e a forma de ingresso na universidade (respostas abertas e fechadas)
- II. Pergunta única sobre a participação direta do estudante em um ou mais órgãos, entidades ou conselhos que abordem diretamente a questão de permanência estudantil, seja através de discussões ou ações práticas (resposta fechada). Foi inserido o campo “outros” para possíveis respostas fora da lista proposta.
- III. Nesse momento, foi perguntado sobre os graus de conhecimento do estudante sobre determinadas políticas e iniciativas de permanência/inclusão estudantil atual presentes na universidade (resposta fechada). As opções foram levantadas e selecionadas da fase anterior de entrevistas;

Este questionário encontra-se como Apêndice B.

A amostragem mínima de respondentes prevista inicialmente foi de cinquenta participantes. É importante ressaltar que a característica desse artigo de almejar um viés qualitativo sobre o tema,

não demanda a necessidade de uma amostragem probabilística para uma análise consistente dos resultados (GIL, 2010).

3.5 Análise de dados e evidências

De acordo com Yin (2005), a aplicação de um estudo de caso amplamente desenvolvido, deve ter como premissa a aplicação de diversos instrumentos de coleta de dados. Dado a inclusão de mais de uma ferramenta no artigo, foi importante definir tratamentos específicos e adequados para cada instrumento utilizado, para que assim, os resultados encontrados apresentassem confiabilidade científica e consonância com as objetivos propostos pelo autor. Partindo deste princípio, foram utilizados conceitos como análise de conteúdo e método de tabulação, sequenciados pela técnica de triangulação de evidências.

3.5.1 Análise das entrevistas

Para as entrevistas semiestruturadas, é necessário levar em conta a presença de dados coletados que são qualitativos (respostas abertas) e quantitativos (respostas fechadas). A primeira ferramenta utilizada foi o modelo de análise de conteúdo. Esta técnica, consiste em identificação sistemática, segmentada e qualitativa da comunicação dos entrevistados (BERELSON, 1984; BARDIN, 2006). Para a sua aplicação, existem três categorias para a codificação dos dados: (i) convencional; (ii) acumulativa e (iii) direta. No caso desta pesquisa, foi utilizada a análise direta, dado o fato que o objetivo é compreender, assimilar, validar e expandir conceitos já evidenciados na bibliografia, identificando assim suas premissas chaves (POTTER e LEVINE-DONNERSTEIN, 1999). O material coletado foi então analisado através de um leitura flutuante, sendo depois segmentado para uma investigação mais profunda. Como descrito por Bardin (2006), a exploração do material pode ser melhor analisada quando existe a segmentação dos dados. Posteriormente, todo o conteúdo foi então separado em categorias analíticas, para assim, simplificar o tratamento e as conclusões.

Pela temática da pesquisa ser passível de respostas direcionadas por vieses políticos e estritamente pessoais, utilizou-se um método com o objetivo de comparar e validar as evidências coletadas, chamado de triangulação de dados. A técnica consiste em uma análise comparativa das informações coletadas de diversas fontes, observando as divergências e convergências quando existe o cruzamento das informações (EISENHARDT, 1989). Desta forma, antes de

constatações definitivas, as divergências entre informações serão analisadas com cautela, buscando assim, a compreensão de sua origem e motivos, validando finalmente a aplicabilidade do uso daquele dado em específico.

3.5.2 *Análise dos inquéritos*

Para analisar os resultados obtidos pelos questionários aplicados de forma *online* e física, as respostas foram divididas em subclasses levando em conta dois fatores: (i) perfil dos respondentes (análise qualitativa) e (ii) percepção dos respondentes sobre o tema (análise quantitativa).

A segmentação (i) foi fundamentada na característica qualitativa das respostas abertas, que visa entender o perfil dos respondentes da pesquisa, demandando assim, uma análise categorizada das respostas. Para isso, foi então aplicado novamente aos dados, o conceito de análise de conteúdo. No entanto, neste caso, foi escolhida a técnica acumulativa de segmentação dos dados, apresentada anteriormente (seção 3.5.1). Esta técnica consiste na identificação de palavras-chave, buscando entender a frequência e contexto nas quais tais palavras são utilizadas pelos respondentes (KONDACKI e WELLMAN, 2002).

No caso da diferenciação (ii), foi levado em conta as seções quantitativas do questionário, que continham perguntas fechadas e tinham como objetivo compreender a percepção dos respondentes sobre dados levantados anteriormente no item 3.5.1. Foi aplicado então, a técnica de tabulação, na qual os dados coletados foram codificados em símbolos para compreender quantitativamente as respostas obtidas. A uso da tabulação pode ser diferenciado entre simples e cruzado, sendo a diferença entre ambos, a correlação ou não de mais de uma pergunta embutida (TEIXEIRA, 2003). O método utilizado foi o de tabulação cruzada, dado a correlação direta das perguntas do questionário.

3.6 Resumo de pesquisa

Para a preparação desta pesquisa, o ponto de partida foi revisar a bibliografia para compreender quais são as discussões e concepções científicas já realizadas sobre a temática. Logo após, foram determinados os objetivos principais do trabalho. Após a revisão inicial na produção acadêmica, na qual foram destacados pontos relevantes para a contextualização do leitor, foram pesquisadas as regulamentações governamentais que continham diretrizes legais

vigentes sobre a temática. Com base neste conteúdo, foi então explorada a bibliografia de forma mais focada, a fim de pontuar estudos e casos de aplicação das diretrizes legais, considerados pelo autor como relevantes para a construção do *framework* teórico.

Posteriormente, foi então selecionada uma universidade de ensino superior pública, no caso a UFABC, para a realização de um estudo de campo focado em compreender a interação e percepção de alunos de exatas sobre a temática de permanência e inclusão estudantil. Neste momento, precisou-se então ser definido qual seria a estratégia e ferramentas que seriam utilizadas no estudo, aplicáveis aos distintos grupos que seriam avaliados. Logo após a definição das ferramentas que coletassem dados alinhados com o objetivo do trabalho, foi então determinado o modelo de leitura e análise das evidências coletadas anteriormente. Nesta fase, é importante ressaltar que os instrumentos foram escolhidos de acordo com as características dos dados, alguns qualitativos, outros quantitativos.

A lógica da pesquisa precisou necessariamente coletar as informações de um dos grupos, para posteriormente, elaborar um questionário aplicado ao segundo grupo, que fosse criado com base nas informações encontradas. Desta forma, uma agenda sequencial de coleta de dados foi pré-definida, aplicando então, primeiramente as entrevistas, para depois serem aplicadas os questionários.

Por fim, ambos os resultados foram interpretados de modo conjunto, observando as percepções e pontos divergentes e convergentes sobre o tema estudado.

4 Resultados e Discussão

4.1 Construção do *framework* teórico

Para desenhar o *framework* teórico, foi necessário uma análise mais aprofundada da literatura buscando exemplos práticos e efetivos de iniciativas de permanência, que se adequem a separação feita no quadro 1 (seção 3.2). Durante a investigação do *Relatório de Bibliografia sobre Ações Afirmativas*, foi observado a incidência elevada de produção acadêmica que se relacionava com cada uma das três categorias propostas – bolsas e auxílios financeiros; inclusão sociocultural e acompanhamento pedagógico personalizado. Foi possível observar no relatório, mais de cinco artigos sobre o tema de cada um dos grupos. No entanto, para o desenho do framework teórico foram investigados apenas dois artigos por categoria como pode ser visto no quadro 2. Os artigos foram selecionados através da busca de palavras-chave referentes a cada categoriam como “cultura”, “permanência”, “surdos”, “indígenas” e “pessoas com deficiência”.

Quadro 2 – Bibliografia investigada como referência para *framework*

Categoria	Título da Bibliografia	Autor(es)
Bolsas e auxílios financeiros	Acesso e permanência da população negra no ensino superior	Lopes e Braga (2007)
	Reconhecer-se diferente é a condição de entrada: tornar-se igual é a estratégia de permanência: das práticas institucionais à constituição de estudantes cotistas negros na UFRGS	Doebber (2011)
Inclusão sociocultural	Construindo pontes: o ingresso de estudantes indígenas na UFSCar: uma discussão sobre “cultura” e “conhecimento tradicional”	Dal’Bó (2010)
	Multiculturalismo como política de inclusão/exclusão	De Sousa (2016)
Acompanhamento pedagógico personalizado	Políticas afirmativas para a inclusão do surdo no ensino superior: algumas reflexões sobre o acesso, a permanência e a cultura universitária.	Bruno (2011)
	Análise do plano de permanência dos estudantes nas instituições federais de ensino superior brasileiras	Rios (2016)

Fonte: autoria própria

4.1.1 *Bolsas e auxílios financeiros*

Analizando as duas referências bibliográficas apresentados no quadro 2, pode-se observar que existem diversas e variadas políticas institucionais de benefício financeiro oferecidas hoje pelas IES públicas do país. É importante ressaltar, que ambas citaram o PNAES

como financiador de tais políticas, quando pensado no contexto das universidades federais. Independentemente disso, muitas outras IES, não financiadas pelo governo federal, se baseiam nas mesmas metodologias de implementação, como é o caso da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A grande diferença acaba sendo a origem do financiamento (DOEBBER, 2011). Os tipos de bolsas e auxílios financeiros mais comuns são: auxílio permanência; auxílio moradia/moradia estudantil; auxílio alimentação; auxílio transporte; auxílio material didático; auxílio creche; bolsa monitoria acadêmica; bolsa de estudos; programas de extensão estudantil. É importante ressaltar que tais auxílios não são exclusivamente destinado a alunos cotistas e os critérios de seleção de estudantes que podem usufruir dos benefícios depende de universidade para universidade.

Conforme apontado em ambos os artigos, torna-se necessário salientar, que independente da forma de ingresso, geralmente os estudantes devem obrigatoriamente comprovar a condição de carência financeira para então, ter acesso aos benefícios concedidos por sua IES.

4.1.2 Inclusão sociocultural

É consenso na literatura analisada a necessidade de iniciativas universitárias de inclusão social de estudantes marginalizados. A justificativa se sustenta na premissa de que auxílios financeiros por si só, não garantem a inclusão sociocultural de um novo personagem em um ambiente homogêneo, sendo essencial o desdobramentos de ações que fomentem o multiculturalismo, a participação e representação coletiva (DE SOUSA, 2016). As práticas mais comuns de inclusão geralmente partem do corpo discente da universidade, criando grupos de afinidades ideológicas, étnicas ou culturais, que interagem orientado por diversas finalidades, como: voluntariado, coletivos, desenvolvimento acadêmico, integração universitária, desenvolvimento social e discussão política. No entanto, é importante lembrar que a IES tem papel fundamental na responsabilidade de incluir e desenvolver socialmente populações marginalizadas que foram ali inseridas. O modelo de inclusão de indígenas na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) é um exemplo relevante de programa institucional . Desde a aplicação do vestibular até os primeiros anos de graduação, os universitários indígenas são atendidos pela IES, sendo inseridos socialmente em grupos estudantis diversos (DAL' BÓ, 2010). Adicionalmente, como comentado por Dal' Bó (2010), a universidade fomenta a

participação de congressos nacionais para estudantes indígenas e eventos culturais desses alunos para todo o corpo discente, com a apresentações de rituais, danças e vestimentas tradicionais.

4.1.3 Acompanhamento pedagógico personalizado

O acompanhamento pedagógico é provavelmente a política de permanência mais complexa de se implementar em uma IES, dado que as ações devem ser personalizadas de acordo com os diferentes perfis populacionais na universidade. De acordo com Rios et al. (2016), a falta de métodos que evidenciem indicadores de performance e a alta dependência de órgãos institucionais, dificultam a aplicação de ações pedagógicas. De toda forma, exemplos gerais de acompanhamento desta categoria ainda podem ser encontrados, como: auxílios sócio pedagógicos; acompanhamento de pessoas com necessidades especiais; adaptação/tradução de materiais acadêmicos; ensino de línguas; inclusão digital; orientação profissional e estudantil; atendimento psicossocial; nivelamento acadêmico; apoio médico e nutricional e qualificação profissional, através de eventos, cursos e palestras (RIOS et al., 2016).

Em ambos artigos são citados a importância de atentar-se para um público específico, que são pessoas com necessidades especiais. Bruno (2011) investiga a atuação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) em prol da permanência de estudantes com deficiência visual e/ou auditiva, evidenciando a presença na instituição de um órgão que trabalha especificamente na inclusão de acadêmicos com necessidades específicas, desde a adequação do material para o vestibular, passando pela profissionalização dos docentes até o acompanhamento diário de monitores e tradutores.

4.1.4 Desenho do framework teórico

Com base nas últimas três seções discutidas, foi possível criar um esboço visual de práticas relevantes no meio universitário, que fomentam a permanência estudantil. O mapa do *framework teórico* elaborado pode ser observado na figura 3.

Figura 3 – Mapa do *framework* teórico



Fonte: autoria própria

4.2 Entrevistas na universidade

O primeiro passo do estudo de caso foi investigar personagens na UFABC que tivessem relação direta com o tema deste estudo. Para isso, foi primeiramente analisado o site oficial da universidade buscando entender se por aquele canal, seria possível efetuar o primeiro contato com os órgãos responsáveis pelas políticas de permanência da IES. Efetuou-se então o primeiro contato por telefone com a administração da PROAP (Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas), que agendou uma visita à universidade do autor. Nesse primeiro momento, foram conduzidas três entrevistas presenciais, seguidas posteriormente de duas outras efetuadas por meios eletrônicos, dado a incompatibilidade de agendas entre autor e entrevistados. Durante as cinco entrevistas, foram escritas anotações para posterior análise.

4.2.1 *Perfil dos entrevistados*

Buscou-se entrevistar nesse momento apenas personagens relevantes que atendessem a um dos critérios descritos na seção 3.4.2. Desta forma, foram priorizadas pessoas com cargos em departamentos e órgãos institucionais com escopo principal de atividades voltadas à permanência estudantil, tendo o PROAP e Núcleo de Acessibilidade como pontos focais. Em contrapartida, objetivando compreender também a visão e interação do corpo discente sobre as questões de permanência e inclusão estudantil, foram procurados membros de entidades acadêmicas que representem os estudantes frente à reitoria e demais órgãos institucionais, focando agora no Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Comissão Permanente de Acessibilidade (CoPA). Com a abordagem feita em ambos os públicos, foi possível responder a perguntas *c* (seção 3.1), como será comentado posteriormente. Abaixo no quadro 3 é possível observar o perfil de cada entrevistado.

Quadro 3 – Perfil dos personagens entrevistados

Entrevistado	Atuação na universidade	Tempo de UFABC	Pertencente a qual grupo/departamento na instituição	Cargo principal
1	Servidor Público	4 anos	PROAP	Coordenadora de Assuntos Comunitários
2	Servidor Público	7 anos	PROAP	Assistente Social
3	Servidor Público	10 anos	Núcleo de Acessibilidade	Diretora do Núcleo de Acessibilidade
4	Corpo discente	2 anos	Comissão Permanente de Acessibilidade	Conselheira Titular
5	Corpo discente	2 anos	DCE	Presidente

Fonte: autoria própria

4.2.2 *Informações coletadas e percepção dos entrevistados*

Após as perguntas de nível pessoal incluídas no roteiro, foram conduzidas perguntas de cunho informativo, sendo que a primeira - **“Você poderia citar e explicar brevemente o funcionamento de algumas das iniciativas institucionais de permanência e/ou integração estudantil ativas hoje na instituição, de seu conhecimento?”** - obteve respostas majoritariamente diretas e similares entre os entrevistados. A premissa que justifica a convergência entre as respostas é que a maioria das iniciativas institucionais presentes na

instituição são amplamente conhecidas e discutidas pelo público-alvo entrevistado. A característica das entrevistas semiestruturadas permitiu que os respondentes se aprofundassem na temática, não citando apenas diversas iniciativas e ações direcionadas ao corpo estudantil, mas também a amplitude de atendimento das mesmas. Notou-se um consenso de que nos primeiros anos de repasses do PNAES, a universidade conseguia atender 100% dos estudantes socioeconomicamente carentes. No entanto, devido ao crescimento de estudantes e o incompatível reajuste do repasse financeiro, a IES não alcança mais todos os alunos com esse mesmo perfil.

Entrevistado 1 - Não se consegue mais atender a todos os alunos dentro do perfil socioeconômico [...] até 2017 atendia a todos, mas a partir de 2018 não consegue mais pois o repasse não é suficiente [...] hoje é mais personalizado para atender mais alunos, que gira em torno de 80% de quem precisa

Entrevistado 5 - [...] apesar de todas as políticas, elas estão muito aquém do que deveriam [...] o número de bolsas não é suficiente e vários alunos ficam de fora. Além disso, o valor de repasse é muito abaixo do real gasto com as despesas.

Para direcionar a posterior criação do questionário ao corpo discente, foi inserido em um tabela, um resumo de todas as políticas e ações institucionais comentadas pelos entrevistados, separando-as entre as três categorias de assistência estudantil propostas na seção (3.2), sendo **I - bolsas e auxílios financeiros, II – inclusão sociocultural e III –** acompanhamento pedagógico. Posteriormente, foi analisado quantos entrevistados citavam e comentavam cada uma delas para entender o grau de conhecimento das mesmas por esse público. O resultado pode ser visto no quadro 4.

Quadro 4 – Políticas e ações direcionada aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis.

Categoria	Política/ação institucional	Resumo	Quantidade de entrevistados que comentou sobre
I	Auxílio permanência	Repasso financeiro(R\$400) destinado a prover as condições mínimas para adaptação e dedicação à formação acadêmica.	4

Conclusão

		Oferecido pela ProAP para alunos considerados dentro do perfil.	
I	Auxílio alimentação	Oferecimento de 20 a 40 refeições gratuitas nos Restaurantes Universitários (RU), visando a segurança alimentar e nutricional dos estudantes. Oferecido pela ProAP para alunos considerados dentro do perfil.	3
I	Auxílio transporte(fretado)	Oferecimento gratuito de transporte coletivo de ônibus intercampi entre as unidades da UFABC (Santo André e São Bernardo do Campo). Oferecido pela Universidade a todos os estudantes.	3
I	Auxílio creche	Repasso financeiro(R\$150) destinado a suprir as despesas com creche para estudantes com filhos de zero a seis anos. <i>Oferecido pela ProAP para alunos considerados dentro do perfil.</i>	3
I	Auxílio moradia	Repasso financeiro(R\$300) destinado às despesas com moradia para estudantes que necessitam morar fora de seu domicílio familiar. <i>Oferecido pela ProAP para alunos considerados dentro do perfil.</i>	4
III	Auxílio institucional ao esporte	Acompanhamento pedagógico oferecido pela instituição às lideranças das atléticas esportivas da universidade. O objetivo é fomentar a prática esportiva dentro da universidade. <i>Oferecido por membros da ProAP.</i>	1
III	Monitoria Inclusiva	Monitores que auxiliam estudantes portadores de deficiência nas atividades acadêmicas. Os monitores são contemplados com uma bolsa de fomento. <i>Promovido pelo Núcleo de Acessibilidade.</i>	5
III	Programa de Acompanhamento das Atividades de Monitoria Inclusiva	Congrega alunos como facilitadores da comunicação entre docentes e estudantes com deficiência. Adaptação de textos e materiais didáticos pelos monitores do programa. <i>Promovido pelo Núcleo de Acessibilidade.</i>	2
III	Auxílio a deficientes auditivos	Tradutores e intérpretes de Libras(Língua Brasileira de Sinais) durante as aulas. <i>Promovido pelo Núcleo de Acessibilidade.</i>	3
III	Empréstimo de tecnologias assistivas	Destinado a alunos portadores de deficiência, empréstimo de computadores com leitor de tela, ampliador eletrônico portátil e gravador de voz. <i>Oferecido pelo Núcleo de Acessibilidade.</i>	3
I	Auxílio acessibilidade	Repasso financeiro(R\$400) para os estudantes da graduação com deficiência cadastrada no Núcleo de Acessibilidade. Destinado às despesas dos estudantes que necessitam suprir necessidades básicas para sua permanência na graduação	3

Conclusão

		<i>Promovido pelo Núcleo de Acessibilidade.</i>	
III	Acompanhamento Psicossocial	<p>Acompanhamento de estudantes por assistentes sociais ou psicólogos, auxiliando no processo de reflexão pessoal. Realização de encaminhamentos internos e externos, quando necessários.</p> <p><i>Oferecido pela Seção Psicossocial da ProAP.</i></p>	4
II	Projetos de cultura e extensão	<p>Promovem a interação transformadora entre a UFABC e outros setores da sociedade, por meio de um processo educativo, cultural, científico e político, impactando diretamente na formação do estudante.</p> <p><i>Oferecido pelo Pró-reitoria de Extensão e Cultura(PROEC)</i></p>	2
III	Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial (PEAT)	<p>Orientação acadêmica e acompanhamento de estudantes auxiliando em tomadas de decisão e no exercício de autonomia. Atividades como tutorias individuais e ciclo de oficinas são oferecidos.</p> <p><i>Promovido pela Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial(DEAT).</i></p>	2

Fonte: autoria própria

Seguindo o guia de perguntas, a próxima questão buscou investigar as iniciativas e ações do corpo discente que promovam a inclusão e socialização estudantil, mas que não são institucionalizadas pela universidade. É importante ressaltar que as respostas entre os entrevistados pouco convergiram para um pensamento unificado sobre as principais ações promovidas pelos estudantes. Tal fato pode ser justificado pela quantidade de iniciativas diversificadas que estão vigentes atualmente na universidade, como foi destacado pelo Entrevistado 5 no trecho abaixo.

Entrevistado 5 - Existe uma série de entidades, que não vou lembrar de todas [...] se você gosta de fazer algo, com certeza existe uma entidade estudantil que realiza essa atividade [...] a integração estudantil promovida pelos discentes é muito boa.

Uma visão interessante foi exposta pelo Entrevistado 2, que destacou a importância das entidades e grupos de inclusão dentro da IES, ressaltando que elas contribuem para suprir um problema de socialização desencadeado pelo modelo pedagógico da universidade. Na configuração de hoje, um aluno da UFABC pode escolher a partir do segundo semestre diversas turmas abertas de disciplinas do ciclo básico dos bacharelados interdisciplinares, impedindo que

a configuração da turma deste estudante do primeiro semestre siga sendo a mesma ou minimamente similar ao longo da graduação. Como relatado pelo Entrevistado 1, esse modelo gera, mesmo que de forma não intencional, um “*sentimento de não-pertencimento*” e uma “*dificuldade de estudar com os mesmos amigos até o fim da universidade*”.

Partindo da mesma lógica de elaboração do quadro 4 apresentado anteriormente, criou-se então o quadro 5, destacando agora os grupos e iniciativas não institucionalizadas promovidas pelos universitários que se relacionam com a temática de inclusão. O quadro foi baseado nas respostas da segunda pergunta do roteiro de entrevistas.

Quadro 5 – Iniciativas de auxílio e inclusão social promovidas pelo corpo discente.

Categoria	Iniciativa/Grupo	Resumo/Definição ³ .	Quantidade de entrevistados que comentou sobre
II	Grupo de estudos	Estudantes que se reúnem em grupos para estudar auxiliando uns aos outros em dificuldades acadêmicas que podem surgir durante a graduação. <i>Promovido pelo corpo discente em geral.</i>	1
II	Sarau Empretecer	Projeto cultural com o intuito de viabilizar um espaço de expressão composto por manifestações artísticas socialmente marginalizadas. Ocorre mensalmente na universidade. <i>Promovido pelo coletivo Negro Vozes.</i>	3
II	Movimento de Mulheres Olga Benário	Movimento nacional de mulheres que possui coletivos que se reúnem na UFABC e pensam atividades e políticas para as mulheres da universidade.	1
I	Compartilhamento de material acadêmico	Estudantes disponibilizam seus próprios materiais escolares para uso compartilhado, como jalecos, calculadoras científicas e óculos de segurança <i>Promovido pelo corpo discente em geral.</i>	1
II	Movimento LGBT Prisma	Coletivo que trata as ações e iniciativas LGBTQ+. Principais articuladores das cotas para pessoas transgêneras vigentes na UFABC.	2
II	Coletiva	Coletivo feminista da UFABC que pauta assuntos relacionados ao feminismo, promovendo debates, palestras e atividades de integração.	2

Continua

³ Definição – Apesar dos entrevistados terem resumido o escopo de atividades de cada iniciativa ou grupo citado, as informações repassadas foi conferida através de uma busca virtual pelas páginas/websites de referência de cada um. A descrição foi então redigida pelo autor com base nas fontes oficiais de cada categoria.

Conclusão

II	Diretório Acadêmico (DA)	O DA surge de uma demanda específica no campus de São Bernardo do Campo(SBC), que precisava de uma atuação maior e melhor concentrada por conta da inauguração de um campus diferente e com um protagonismo diferente. Entidade representativa dos estudantes de SBC.	1
II	Diretório Central dos Estudantes (DCE)	Entidade representativa de todos os estudantes, organizando espaços de discussão e decisão, como assembleias levantando pautas do movimento estudantil.	3
II	Associação Atlética XI de Setembro(AXIS) e Central Acadêmica de Atividades Poliesportivas(CAAP)	Atléticas acadêmicas dos campus de São Bernardo do Campo e Santo André que promovem o acesso a diversas modalidades esportivas, através de treinos e competições internas e externas.	3
III	Monitor voluntário	Baseado na M.I., o monitor voluntário disponibiliza seu tempo, oferecendo uma agenda de monitoria acadêmica para o corpo estudantil.	1
II	Surdos e Libras (SueLi)	Grupo de pesquisa que debatem as questões de deficiência auditiva e linguagem de sinais, promovendo palestras e debates sobre a temática	1
II	UFABC Cheer	Equipe de <i>cheerleading</i> ⁴ esportiva e comercial da universidade.	1
II	Infanteria UFABC	Bateria universitária da universidade que busca através da música, particularmente do samba, representar a universidade em torneios nacionais e estaduais.	1

Fonte: autoria própria

Com o insumo das informações dispostas no quadro 4 e 5, foi elaborado a tabela 3 no formato de um ranking das três categorias propostas na seção (3.2). Para a construção deste ranking, foi primeiro contabilizado a quantidade de iniciativas, políticas ou grupos que se encaixavam dentro da mesma categoria. Logo após, para cada categoria, foi calculado a média aritmética simples e variância do número de entrevistados comentando sobre as políticas/iniciativas/grupos. Desta forma, foi possível compreender o quanto essas políticas/iniciativas/grupos estão sendo reconhecidas pelos entrevistados como fomentadoras da permanência e inclusão estudantil. Foi então ordenado de forma decrescente a posição no ranking, baseada na média aritmética.

⁴ Cheerleading – Esporte também conhecido como “animadores de torcida”, na qual um grupo organiza músicas, danças e elementos de ginástica em eventos esportivos.

Tabela 3 – Ranking de categorias em função dos comentários dos entrevistados

Categoria	Quantidade de políticas/iniciativas/grupos	Média de entrevistados comentando sobre	Variância
I	7	3.0	0.92
III	8	2.62	1.73
II	12	1.75	0.68

Fonte: autoria própria

As últimas perguntas foram questões fechadas, utilizando a Escala Likert para entender a percepção dos entrevistados sobre o grau de qualidade da execução/implementação das políticas, ações e iniciativas comentadas das questões anteriores. A pergunta foi novamente segmentada nas três categorias de análise. Na escala das respostas, 5 representava total concordância de que a instituição/comunidade UFABC executava com qualidade as ações dentro da categoria indicada. Caso fosse selecionado 1, seria total discordância da premissa. A tabela 4 apresenta a média aritmética simples, seguido pela variância das respostas dos cinco entrevistados.

Tabela 4 – Resultados consolidados da percepção dos entrevistados

Categoria	Tipo de auxílio estudantil	Média	Variância
I	Bolsas e auxílios financeiros, como: Moradia estudantil; alimentação e transporte.	4.4	0.64
II	Inclusão sociocultural, como: Acesso à cultura, incentivo ao esporte e inclusão digital.	3.6	0.64
III	Acompanhamento pedagógico personalizado, como: Acompanhamento médico, aconselhamento pedagógico e plano de aprendizagem para pessoas com deficiência e/ou transtorno de aprendizagem.	4.0	0.4

Fonte: autoria própria

A partir dos resultados das tabelas 3 e 4, foi possível obter algumas conclusões, como a relação entre as categorias comentadas e grau de qualidade avaliado em cada uma delas. Por exemplo, a primeira posição do ranking da tabela 3 é a categoria I, que também foi a melhor avaliada em termos de qualidade de execução/implementação. Já a categoria pior avaliada, que é a II, ocupou a última posição em números de entrevistados comentando sobre. É possível então, sugerir que a percepção dos respondentes sobre a qualidade de execução/implementação de uma categoria de auxílios à permanência e inclusão estudantil, está conectado com quantos entrevistados comentaram sobre as iniciativas/políticas/grupos dentro da mesma categoria. Uma segunda conclusão, é sobre o valor elevado de variância da categoria III, apresentado na tabela 3. Pode-se extrair que algumas das políticas/grupos/iniciativas dentro desta categoria estão em espectros opostos em termos de reconhecimento a ponto de ser comentada como política de permanência e inclusão pelos entrevistados. Como exemplo, temos a iniciativa de monitoria inclusiva, comentado por todos os entrevistados, que pode ser comparado com a ação de monitoria voluntária, comentada por apenas uma pessoa. É interessante ainda ressaltar, que a ambas são extremamente similares em termos de escopo de atividades, mas ainda assim, se encontram em espectros opostos.

4.3 Inquérito com o corpo discente de exatas

Foi aplicado um questionário eletrônico e físico focado neste objetivo, na qual foram obtidas 223 respostas de alunos da UFABC. Como a premissa inicial é compreender a percepção dos alunos de exatas, como descrito na seção (3.3) foram excluídas da análise, as respostas de alunos que ingressaram pelo bacharelado de humanas (BC&H), totalizando apenas duas. Desta forma, foram analisadas as 221 respostas das demais perguntas. Em linhas gerais, a idade dos respondentes variou entre 17 e 33 anos, sendo aproximadamente 22 anos a média do grupo. Sobre a forma de ingresso, 89 alunos (39,4%) entraram na IES via sistema de cotas, contra 135 alunos (60,6%) via ampla concorrência. Já a distribuição destes alunos referente ao tempo na graduação, pode ser observado nos seguintes valores: 38% se encontram no início do curso (dois primeiros anos), 26,7% na metade do curso (terceiro e quarto ano) e 35,3% na reta final do curso (a partir do quinto ano).

4.3.1 *Interação dos respondentes com grupos que lidam com a temática da pesquisa*

Após as perguntas sobre informações básicas, foram respondidas as questões mais específicas sobre a temática da pesquisa. Na primeira questão, o respondente selecionou de uma lista de 10 órgãos/entidade que interagem com ações de permanência e inclusão estudantil, qual/quais ele participa ou participou como membro, funcionário ou colaborador. Dentre os respondentes, mais da metade (61,9%), totalizando 137 pessoas, indicaram que nunca foram colaboradores ou pertenceram a pelo menos um órgão/grupo na IES, mostrando que boa parte do corpo discente de exatas não interage diretamente com a temática da pesquisa.

Além da listagem proposta, existia a opção “outros”, caso algum grupo não tenha sido incluído pelo autor. É importante ressaltar, que foram incluídas 17 grupos/entidades além das opções inicialmente propostas. Este fato em específico, sugere a extensão da universidade como um todo, em relação à implementação de iniciativas que conversam com a temática da pesquisa. Na tabela 5, é possível observar no formato de um ranking, a consolidação dos resultados das respostas da pergunta. O ranking foi montado de forma decrescente em relação a porcentagem (%) de interação dos respondentes com cada opção.

Tabela 5 – Resultados consolidado da interação de alunos com órgãos/entidades

Órgão/Entidade	Nº de alunos que já colaboraram/participaram	(%) dos respondentes
Nenhuma	137	61.9
Pró-reitoria de Cultura e Extensão (PROEC)	21	9.5
ProAP	17	7.7
DCE	17	7.7
Atléticas Esportivas (AXIX e CAAP)	13	5.9
Seção Psicossocial	8	3.6
Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT)	8	3.6

Continua

Conclusão

Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos (IEEE)	5	2
Núcleo Acessibilidade	4	1.8
Enactus	4	1.8
Harpia Aerodesign	3	1.4
Centro Acadêmico de Engenharia e Gestão (CAEG); LBTQ+ Prisma; UFABC Júnior; AIESEC;	2	0.9/cada
Seiva Júnior; Coletiva Feminista UFABC; Cheer; UFABC Storm; BAJA Sae; Grupo de Corrida; GEB; Tamadutech, Jiu-jitsu UFABC; Movimento de Mulheres Olga Benário; Lizard Eco Racing	1/cada	0.5/cada

Fonte: autoria própria

Analisando a resposta de cada aluno, notou-se também que 27 alunos (12,2%) selecionaram mais de uma opção da lista, sendo 3 o número máximo de órgãos/entidades selecionados ou escritos por eles. Destes 27, cerca de 74% já participaram de pelo menos um órgão institucional, sendo que o ProAP foi o principal selecionado (12 alunos), seguido da PROEC (11 alunos). Pode-se extrair destes dados, que a maioria dos estudantes que interagem ou interagiram de forma direta com mais de um órgão/entidade, possuem contato direto com departamentos institucionais da UFABC que lidam com a permanência e inclusão instituição.

4.3.2 *Seleção de políticas, iniciativas e grupos para a pesquisa*

Dando sequência aos resultados, foram adicionadas questões sobre determinadas políticas/grupos/iniciativas/ citadas na fase anterior de entrevistas e descritas nos quadros 4 e 5 na seção (4.2.2.). O método de seleção foi baseado nos cálculos levantados na tabela 3, que apresentou o ranking de categorias em função do número de comentários dos entrevistados para cada uma das três categorias em que as iniciativas/grupos/políticas foram inseridas. Desta forma, foram selecionados para o questionário, todas as ações e grupos que foram comentadas por um número igual ou maior de entrevistados em relação ao valor da média referente a cada categoria. Para ser mais exato, as médias de referência foram arredondadas para os números

inteiros mais próximos, sendo elas: pelos menos **3 entrevistados** para ações e grupos dentro das categorias de “*bolsas e auxílios financeiros*” e “*inclusão sociocultural*”. Já para aquelas na categoria de “*acompanhamento pedagógico*”, foi considerado **pelo menos 2 entrevistados** comentando sobre. Desta forma, dentre as 27 políticas, iniciativas e grupos, foram selecionadas 15 para serem aprofundadas neste estudo, como mostra o quadro 6.

Quadro 6 – Iniciativas/políticas/grupos selecionados para o estudo

Categoria	Iniciativa/Grupo/Política
I – Bolsas e Auxílios financeiros	Bolsa Permanência
	Auxílio Transporte (Fretado)
	Auxílio Alimentação
	Auxílio Creche
	Auxílio Moradia
	Auxílio Acessibilidade
II – Inclusão Sociocultural	Sarau Empretecer (Negro Vozes)
	Movimento LGBT Prisma
	Coletiva Feminista UFABC
	Diretório Central dos Estudantes (DCE)
	Associação Atlética XI de Setembro(AXIS) e Central Acadêmica de Atividades Poliesportivas(CAAP)
III - Acompanhamento pedagógico personalizado	Empréstimo de Tecnologias Assistivas
	Auxílio à deficientes auditivos
	Monitoria Inclusiva (M.I.)
	Acolhimento Psicossocial

Fonte: autoria própria

4.3.3 *Percepção dos estudantes sobre permanência e inclusão estudantil*

Neste momento, foi então questionado aos participantes o quanto concordavam que conheciam “**muito bem**” cada uma das iniciativas, políticas ou grupos apresentados no quadro 6. Cada questão coletou respostas em uma escala Likert de 1 a 5, considerando 1 como discordância total de conhecimento e 5 como conhecendo totalmente. Os resultados da percepção dos alunos serão apresentados em tabelas divididas por categoria de assistência.

A tabela 6 mostra os resultados consolidados dos respondentes sobre o conhecimento das seis políticas de permanência alocadas dentro da categoria I. Os valores sinalizados com asterisco, representam as duas maiores porcentagens em cada política. Logo após, foi calculada a média aritmética e variância das respostas, organizando a tabela em forma de um ranking decrescente com base na média. Por fim, calculou-se a média aritmética e variância de todas as iniciativas agrupadas.

Tabela 6 – Conhecimentos dos alunos sobre bolsas e auxílios financeiros

Políticas	Porcentagem (%) de respostas por grau de conhecimento					Grau de Conhecimento	
	1	2	3	4	5	Média	Variância
Auxílio Transporte	0.5	0.5	4.1	10*	85.1*	4.78	0.33
Bolsa Permanência	5	6.3	13.1	16.7*	58.8*	4.18	1.38
Auxílio Alimentação	7.2	6.3	12.2	16.7*	57.5*	4.11	1.59
Auxílio Moradia	10	10.9	13.6	16.7*	48.9*	3.83	1.92
Auxílio Creche	32.6*	13.1	14	9	31.2*	2.93	2.76
Auxílio Acessibilidade	45.2*	11.8	9.5	10.9	22.6*	2.53	2.72
Resultados gerais						3.73	0.69

Fonte: autoria própria

Os resultados apontados na tabela 6 podem ser esperados baseados em algumas premissas. Quando observado o auxílio transporte, que ocupa a posição líder do ranking, é possível compreender os motivos, sabendo que a UFABC disponibiliza tal benefício para todos os estudantes da universidade, independente de perfil socioeconômico, automaticamente propiciando um conhecimento mais generalizado sobre o assunto. Atualmente, o auxílio é oferecido através de um ônibus fretado entre os dois campus da IES. Agora, quando estendida a análise para os três próximos auxílios (Permanência, Alimentação e Moradia), é possível observar que a curva de conhecimento começa a cair, apresentando porcentagens menores do

que 60% em todos eles no grau de “*conhecimento total*”. Pode-se atribuir essa diferença baseado no público-alvo destes benefícios, focados agora, apenas em pessoas consideradas vulneráveis e dentro do perfil socioeconômico determinado pela IES. Por fim, é importante destacar os dois únicos valores de variância maiores que 2.0, referentes aos auxílios creche (2.76) e acessibilidade (2.72). Os valores podem ser justificados quando observado que as porcentagens de conhecimento mais significantes, ocupam os dois extremos, indicando que um número considerável de pessoas, conhece ou desconhece totalmente os benefícios. Nota-se também, que quando somados os valores de grau 1 e 2, as porcentagens são elevadas para ambos, chegando a 45.7% para o auxílio creche e 54.7% para o auxílio acessibilidade. Hoje, ambos os benefícios são aplicáveis a públicos específicos e reduzidos na universidade, justificando de certa forma o baixo índice de conhecimento dos estudantes, quando comparados aos demais auxílios.

Seguindo adiante na análise dos resultados, foi utilizado a mesma lógica de construção da tabela 6 para elaborar a tabela 7, que apresenta agora, os números consolidados das cinco iniciativas e grupos dentro da categoria II.

Tabela 7 – Conhecimentos dos alunos sobre iniciativas/grupos de inclusão sociocultural

Iniciativas/Grupos	Porcentagem (%) de respostas por grau de conhecimento					Grau de Conhecimento	
	1	2	3	4	5	Média	Variância
DCE	2.3	4.5	18.6	18.6*	56.1*	4.21	1.08
Atléticas Acadêmicas	2.7	7.7	16.3	23.5*	49.8*	4.09	1.2
LGBT Prisma	12.2	13.1	20.4	19.4*	34.4*	3.51	1.9
Coletiva UFABC	13.6	12.2	19.9*	18.1	36.2*	3.51	2.03
Sarau Empretecer	12.7	13.1	23.5*	17.6	33*	3.45	1.93
Resultados gerais						3.76	0.16

Fonte: autoria própria

Na tabela, o grupo mais conhecido pelos respondentes é o DCE da universidade, sendo o único valor maior de 50% da tabela no grau de total conhecimento e obtendo também o menor valor de desconhecimento total (2.3%). O fato de DCE ser uma entidade representativa de todos os estudantes junto a instituição, promovendo assembleias e discussões sobre as questões de permanência estudantil, justifica de certa forma o reconhecimento dos estudantes.

Em seguida, as atléticas esportivas ocupam a segunda posição com 49.8% dos respondentes reconhecendo totalmente as entidades como promovedoras de inclusão. Nota-se também uma curva crescente entre os graus de conhecimento desse grupo. Provavelmente, a posição relevante é garantida pelos eventos e competições esportivas promovidos pelas entidades no meio universitário. É importante destacar, que mesmo ocupando as últimas posições do ranking, os últimos três grupos/iniciativas possuem porcentagens maiores de 50% quando somadas os graus 4 e 5 de conhecimento, indicando que os estudantes estão mais próximos de conhecê-las totalmente, do que o contrário. Quando comparadas às duas primeiras posições, a diferença principal é que as ações e eventos de cada uma delas, muitas vezes atraem apenas populações específicas e não o corpo discente de forma geral, como é o caso do Sarau Empretecer, que majoritariamente atraí a população de negros e pardos. Tal motivo, por consequência gera menor conhecimento total do corpo discente como um todo. É importante ressaltar que mesmo ações e eventos que são direcionados a todo o corpo discente, não recebem muitas vezes a adesão de uma boa parte dos estudantes, dado inúmeros motivos, como: disponibilidade, desconhecimento e desinteresse. Tais fatores, evidenciam uma necessidade maior de exposição de tais iniciativas para o corpo discente de exatas da IES. Como um dos objetivos deste trabalho é fomentar a discussão sobre o tema no ambiente universitário, o compartilhamento do questionário com os estudantes, já contribuí para a divulgação das iniciativas presentes na universidade. Por fim, as quatro políticas e iniciativas dentro da categoria III foram analisadas e os dados trabalhados se encontram apresentados na tabela 8.

Tabela 8 – Conhecimentos dos alunos sobre iniciativas de acompanhamento pedagógico

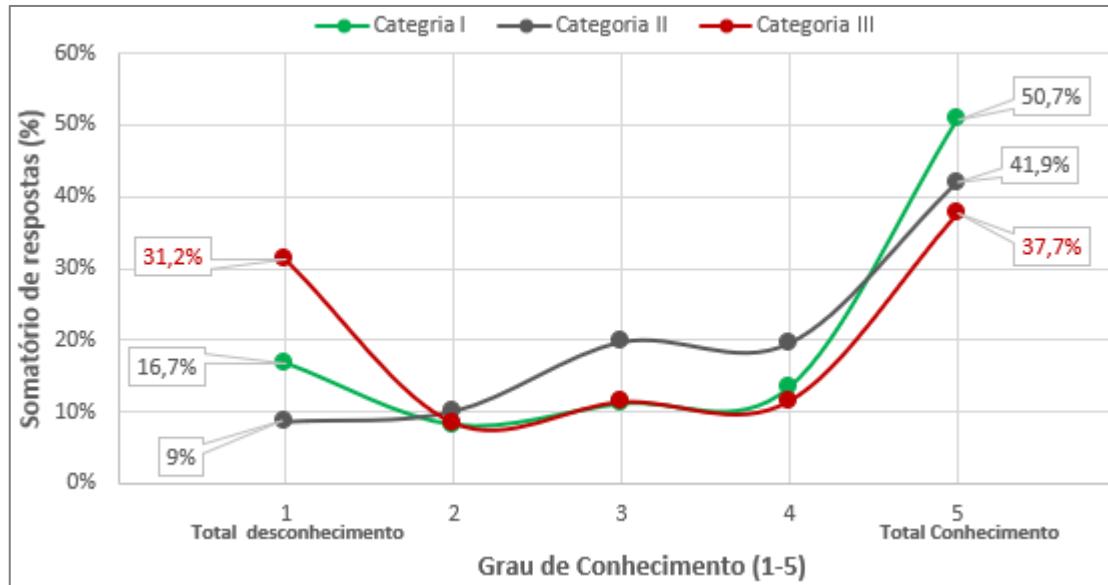
Políticas/Iniciativas	Porcentagem (%) de respostas por grau de conhecimento					Grau de Conhecimento	
	1	2	3	4	5	Média	Variância
Acolhimento Psicossocial	12.2	5.4	15.4	21.3*	45.7*	3.82	1.89
Monitoria Inclusiva	29.4*	8.1	9	11.3	42.1*	3.28	2.9
Auxílio Def. Auditivos	34.4*	10.9	11.8	8.6	34.4*	2.97	2.94
Empréstimo de Tecnol.	48.9*	9	9	4.5	28.5*	2.54	3.02
Resultados gerais						3.16	0.22

Fonte: autoria própria

Diferente das tabelas 6 e 7, as políticas e iniciativas que promovem um acompanhamento pedagógico personalizado, apresentam menores valores de conhecimento total dos estudantes. Nota-se também os elevados valores de variância, indicando uma polarização entre os respondentes. A principal política que indica um maior conhecimento total dos alunos, é o Acolhimento Psicossocial, com 67% dos estudantes respondendo os graus 4 ou 5. Novamente, o benefício acaba sendo uma política que segue uma tendência de maior conhecimento por ser aplicável a toda a universidade e não apenas a um grupo em específico. Já nas três últimas iniciativas, com valores de variância próximos a 3.0, foi possível observar valores maiores de porcentagem polarizados nos extremos, e números menores nos graus medianos. É importante ressaltar que o público-alvo para as três é ainda mais reduzido, pois são direcionadas às pessoas com necessidades especiais, que precisam de auxílios personalizados de acordo com suas deficiências. Dentre as três, a monitoria inclusiva é a mais reconhecida pelos estudantes, pois mesmo sendo planejada pela instituição, é executada por monitores que são alunos da graduação. O empréstimo de tecnologias assistivas ocupa a última posição do ranking e representa a maior índice de desconhecimento total (48.9%), mesmo quando comparado com as iniciativas/grupos/políticas das outras categorias. A justificativa pode ser atribuída não apenas pela aplicabilidade dela a público reduzido, mas também pela baixa adesão da população que pode usufruir deste benefício, como destacado por um dos entrevistados na fase inicial do estudo

de campo. Para observar as três categoria em conjunto, foi agrupado por categoria, a quantidade de respostas em cada grau de conhecimento, calculando a porcentagem em relação ao somatório total de respostas daquela categoria. A figura 4 apresenta um gráfico de linha apresentando os resultados obtidos.

Figura 4 – Grau de conhecimento por categoria (%)



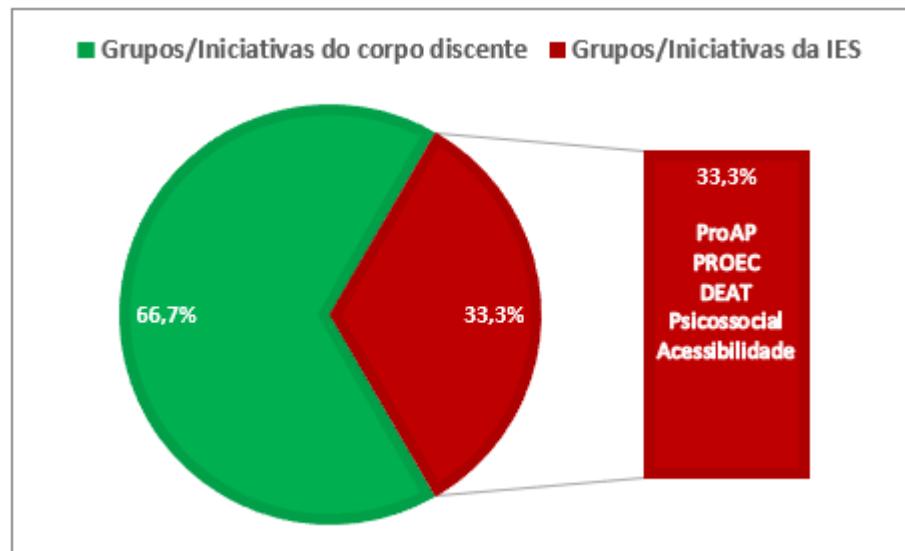
Fonte: autoria própria

Observando a curvatura das linhas da categoria I e III, nota-se que os dois maiores picos se concentram nos extremos, indicando novamente, um padrão de que os respondentes ou conhecem ou desconhecem totalmente sobre as iniciativas, políticas ou grupos dentro destas categorias. Em contrapartida deste padrão, a linha que representa a categoria II, possuí o maior pico no grau 5, e os próximos dois maiores e com porcentagens similares, no grau 3 e 4 (19.7% e 19.5% respectivamente). O índice mais baixo, diferente das demais categorias, aparece no grau 1, com 9%. Tais dados, sugerem que mais respondentes conhecem as iniciativas e grupos dentro desta categoria, mas não de uma forma generalizada de total conhecimento.

Por fim, debruçando sobre os resultados apresentados até o momento, nota-se que a categoria III é a menos conhecida no grupo de respondentes, com média 3.16. Logo em seguida, temos a categoria I (3.73), e com uma diferença mínima de 0.03, temos a categoria II como a mais conhecida pelos estudantes, apresentando uma média de 3.76. Os números são coerentes,

quando analisada também as atividades na qual os estudantes se envolvem mais, como mostra a figura 5. Dentre os 84 estudantes que declararam já terem participado de pelo menos um grupo estudantil/institucional, 66.7% se envolveram em entidades/iniciativas que se encaixam dentro da categoria II. Pode-se então, sugerir a premissa de que participar de grupos e entidades acadêmicas contribui para o maior conhecimento de iniciativas de inclusão sociocultural.

Figura 5 – Tipo de participação em grupos/órgãos dentro da IES (%)



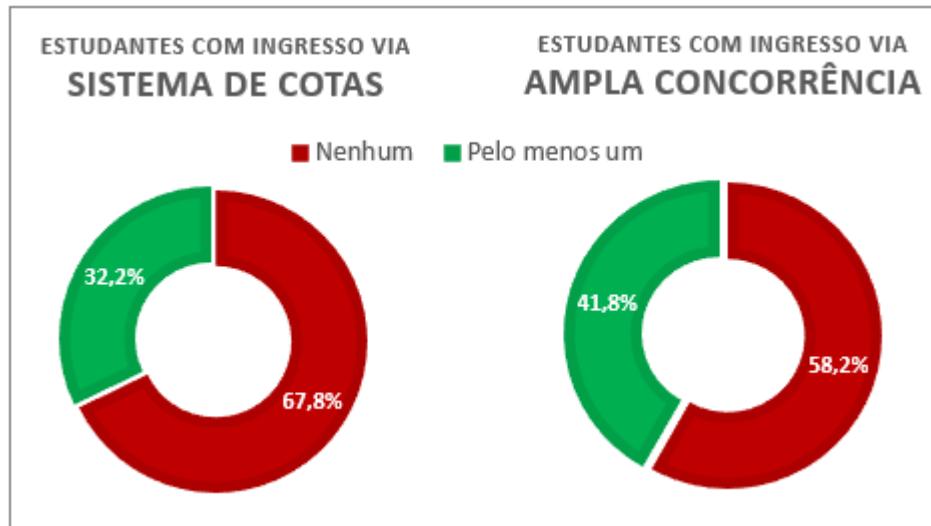
Fonte: autoria própria

4.4 Comparações entre perfis diferentes de estudantes

Visando um maior aprofundamento nos dados coletados no questionário direcionado aos estudantes, foi segmentada e comparada as respostas de dois perfis de estudantes, sendo eles: (i) - estudantes admitidos via sistema de cotas; (ii) estudantes admitidos por ampla concorrência.

Em linhas gerais, os estudantes cotistas representam 39.4% dos respondentes, enquanto os não-cotistas, 60.6%. A média de idade e tempo na graduação de ambos os grupos quando calculadas separadamente, não apresenta considerável alteração em comparação com o grupo completo de respondentes. A primeira diferença significativa entre os públicos, pode ser vista na porcentagem de interação direta com grupos/órgãos dentro da IES que lidam com as questões de permanência e inclusão estudantil. Como apontado na figura 6, aproximadamente 10% a menos de estudantes cotistas, comparado aos não-cotistas, participam como membros ou colaboradores de grupos/órgãos da IES.

Figura 6 – Comparação de participação em grupos/órgãos dentro da IES (%)



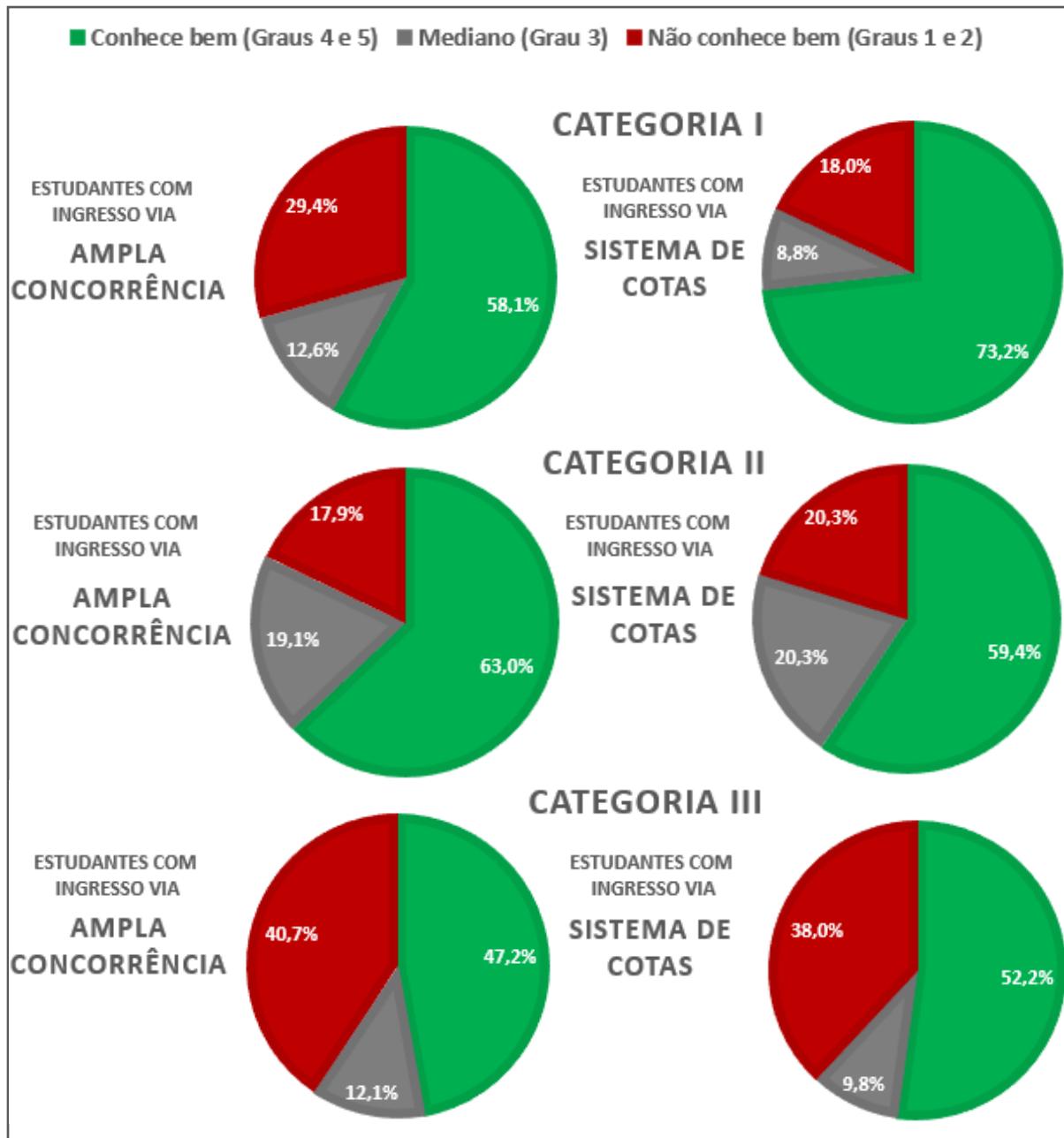
Fonte: autoria própria

Não foi possível justificar os fatores que determinam a participação ou não de um estudante em grupos dentro da IES, visto que o questionário não continha uma questão elaborada para isso. Entretanto, como sugestão, o motivo poderia ser a falta de tempo disponível que muitas vezes é ocupado por um trabalho fora da universidade. Através de um estudo realizado por Junior e Ferreira (2014) em uma universidade federal, a condição de baixa renda de um aluno cotista, geralmente culmina em uma pressão familiar pelo labor como fonte alternativa de renda do estudante.

Estendendo um pouco mais sobre os dados, foram investigados separadamente por categoria de assistência, os graus de conhecimento sobre as iniciativas, políticas e grupos perguntados no questionário. Para uma melhor visualização das diferenças entre os públicos, foram agrupados os graus 1 e 2, sinalizando-os como “*Não conhece bem*”. Da mesma forma, os graus 4 e 5 foram sinalizados como “*Conhece bem*” e por fim, o grau 3, como “*Mediano*”. A figura 7 destacam os gráficos e resultados encontrados. É possível notar que para duas categorias (II e III), não ocorrem consideráveis mudanças entre os dois públicos analisados, dado que os índices em comparação, não ultrapassam a diferença de 5% em nenhum momento. A categoria II é a única das três na qual os não-cotistas estão mais próximos de conhecer os

grupos e iniciativas do que os cotistas. Tal resultado confirma a menor adesão dos cotistas aos grupos acadêmicos em comparação aos não-cotistas, como já apresentado na figura 6.

Figura 7 – Comparativo dos graus de conhecimento por categoria entre cotistas e não-cotistas



Fonte: autoria própria

Nota-se na figura 7, que existem diferenças consideráveis para a categoria I entre os dois públicos, pois enquanto 73,2% dos cotistas “conhecem bem” as políticas da categoria, apenas

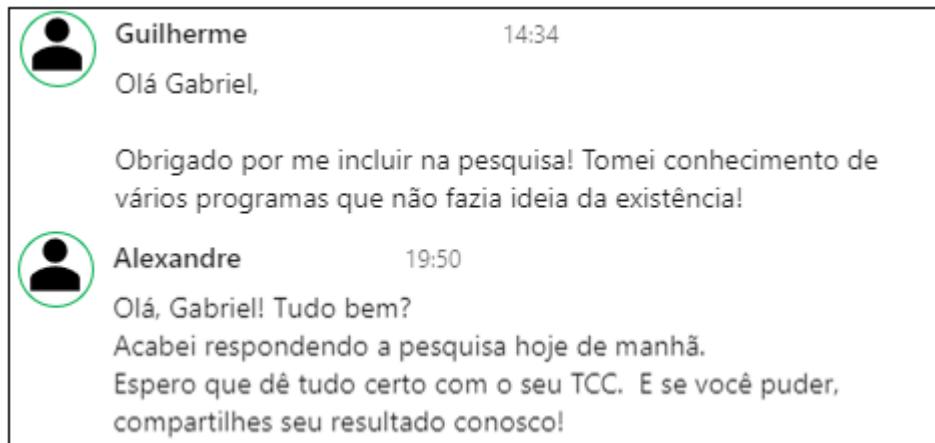
58.1% dos respondentes não-cotistas “conhecem bem” as mesmas. Além disso, uma diferença de mais de 10 pontos percentuais é observada entre as duas fatias de “Não conhece bem”, sendo a maior do grupo de não-cotistas, com um índice de 29.4%. Compreender o público focal beneficiado pelas políticas da categoria I, pode explicar de forma razoável essa diferença. Como comentado por três dos cinco entrevistados na fase inicial da pesquisa de campo, as bolsas e auxílios financeiros da UFABC são em sua maioria, destinado aos estudantes cotistas. Tal afirmação ajuda a deduzir que quanto mais um estudante é beneficiado por uma política, existe uma tendência de ele conheça mais sobre ela em detrimento de um aluno que não é beneficiado.

4.5 Fomento da temática no ambiente universitário

Por fim, um dos objetivos principais da pesquisa foi fomentar no ambiente universitário a discussão e conhecimento da temática abordada. Com o compartilhamento do questionário em redes sociais com foco profissional (Linkedin), foi possível coletar relatos positivos de estudantes que tiveram interação com a pesquisa, evidenciando o objetivo atingido em relação ao fomento do tema na IES.

A figura 8 apresenta a interação de alguns estudantes que responderam o autor do estudo após o preenchimento do inquérito.

Figura 8 – Interação virtual com respondentes do questionário



Fonte: Linkedin – Rede Social com foco profissional

5 Conclusão

O objetivo da pesquisa desenvolvida de responder quatro perguntas principais foi atingido como pode ser visto na sequência. A primeira pergunta questionava sobre o **motivo das instituições públicas de ensino superior interagirem diretamente com a temática de permanência estudantil**. Como pôde ser observado, a temática de permanência e inclusão estudantil torna-se cada vez mais necessária a ser debatida no ambiente universitário, principalmente após a implementação da lei de cotas, que reserva vagas para populações mais desfavorecidas na sociedade. Novos ambientes, estimulados pelo pluralismo cultural exigem a criação e manutenção de ações que garantam que os universitários não só permaneçam na graduação, mas também sintam-se incluídos no meio universitário.

A segunda pergunta buscava compreender de **que forma vem sendo implementados no ensino superior público, programas de inclusão, assistência e permanência estudantil tidos como referência**. A resposta pôde ser obtida de forma ampla na seção de construção do framework teórico, que expôs através de uma revisão bibliográfica, variadas práticas efetuadas por diversas instituições brasileiras, que fomentam a permanência e inclusão estudantil. Foi possível observar que o formato de implementação se estende de forma diversa pelas universidades públicas e depende de algumas variáveis, como região da IES, modelo de repasse financeiro e necessidades específicas de estudantes.

Em uma ótica focada no estudo de campo, a terceira questão foi **como a UFABC estrutura seus programas de permanência e inclusão estudantil, quais são esses programas e qual a visão sobre os mesmos de um grupo de pessoas que interagem diretamente?** Através das pesquisas realizadas na UFABC, foi possível listar diversas ações, grupos e políticas relevantes, implementadas e executadas não apenas pela instituição, mas também pelo corpo discente. Observando as diversas opções desta listagem de ações, políticas e grupos levantadas, nota-se que a IES atende boa parte das dez responsabilidades destacadas pelo PNAES, como essenciais para a permanência estudantil. A visão do grupo de pessoas entrevistadas convergiu de forma geral, destacando-se na grande maioria dos respondentes, o reconhecimento e esforço da instituição em prol da temática de permanência, concordando também sobre a dificuldade de extensão dos programas existentes a todos os estudantes que necessitam de fato.

Por fim, a última pergunta foi dividida em dois questionamentos menores, sendo eles: **Como é a percepção do corpo discente de exatas sobre as políticas e programas**

implementados? A pesquisa contribuí de forma informativa sobre o tema? O questionamento foi direcionado aos estudantes de exatas da IES sobre o conhecimento de algumas das opções da listagem de ações, programas e grupos levantados na fase de entrevistas. Nota-se que as iniciativas, grupos e políticas elencadas como as mais conhecidas, são aquelas aplicáveis ao maior número de estudantes, enquanto políticas direcionadas a um número reduzido de alunos, são geralmente mais desconhecidas pelos respondentes. Após a segmentação dos respondentes entre cotistas e não-cotistas, pôde-se concluir que uma porcentagem maior de cotistas tem conhecimento das ações institucionais de permanência estudantil, enquanto uma porcentagem mais elevada de não-cotistas, conhecem as iniciativas mais direcionadas a inclusão no ambiente universitário. Nota-se também, que mesmo com um maior índice de conhecimento, cotistas participam menos de grupos/órgãos que interagem com o tema na universidade.

Durante a pesquisa, foi observado que alguns respondentes foram expostos a uma temática que não possuíam conhecimento completo, permitindo que o trabalho atingisse o seu último propósito, que era a disseminação de informação e fomento do tema.

5.1 Aprendizados e sugestões para futuros trabalhos.

Tratando-se de um tema importante e polêmico a ser discutido, foi necessária uma visão pragmática sobre a temática, de uma maneira politicamente imparcial, tanto por parte do autor, quanto dos participantes. Como sugestão para próximos trabalhos com características parecidas, levantar esse ponto para os participantes do estudo desde o início da pesquisa, provavelmente direcionará respostas mais analíticas e concretas do que passionais. Sobre os dados coletados, um sugestão para expandir a pesquisa, seria incluir mais perguntas no questionário, objetivando segmentar ainda mais o público participante em diferentes perfis. No momento, foram investigados as visões de apenas dois perfis, cotistas e não-cotistas. No entanto, perguntas focadas no perfil socioeconômico do respondente, permitira uma análise mais detalhada, compreendendo as visões de diversos públicos, separados por fatores como etnia e renda *per capita*, por exemplo.

Uma última sugestão, seria criar uma cartilha unificada de políticas, iniciativas e grupos de inclusão destinada ao todos os estudantes da universidade federal. Uma cartilha unificada,

permitiria uma visão holística de como a IES aborda pragmaticamente a questão de permanência e inclusão estudantil. O conhecimento generalizado das ações feitas dentro da IES por alunos, funcionários e docentes, contribuí não apenas para a aceitação e entendimento sobre o tema, mas também para a expansão dos benefícios já concedidos. Tais consequências quando combinadas, fomentam cada vez mais o papel das universidades públicas brasileiras, debaterem a temática de permanência/inclusão estudantil com responsabilidade e otimismo.

6 Referências Bibliográficas

ALMEIDA FILHO, N. et al. Ações Afirmativas na Universidade Pública: o caso da UFBA. Salvador: CEAQ, 2005.

AMARAL, S. O Acesso do Negro às Instituições de Ensino Superior e a Política de Cotas: possibilidades e limites a partir do “caso” UENF. Campos dos Goytacazes: UENF, 2006.

AZEVEDO, D. Revisão de Literatura, Referencial Teórico, Fundamentação Teórica e Framework Conceitual em Pesquisa—diferenças e propósitos. **Working Paper**, 2016.

BAPTISTA, S. G.; CUNHA, M. B. DA. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 168–184, ago. 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Traduções). Lisboa: Edições 70. (Publicação Original em 1977), 2006.

BENTO, A. et al. Políticas de Cotas Raciais: Conceitos e Perspectivas. **Revista Eletrônica de Cursos de Pedagogia das Faculdades OPET**, v. 1, 2016.

BERELSON, B. **Content analysis in communication theory**. 1984.

BEZERRA, T. O. C.; GURGEL, C. R. M. A política pública de cotas em universidades, enquanto instrumento de inclusão social. **Pensamento & Realidade**, v. 27, n. 2, p. 95-117, 2012.

BRASIL, Governo Federal. "Decreto nº 7.234 de 19 de Julho de 2010." Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. Acesso em: 21 set. 2019 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto D 7234.

BRITO FILHO, J. C. M. Ação afirmativa: primeira análise da medida adotada pela Universidade Federal do Pará para os cursos de graduação. **A Leitura: Caderno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará. Belém: Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará-ESM-PA**, v.1, n.1, p. 40-48, 2008.

BRUNO, M. M. G. Políticas afirmativas para a inclusão do surdo no ensino superior: algumas reflexões sobre o acesso, a permanência e a cultura universitária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 92, n. 232, p. 542-556, 2011.

CAINELLI, M.; MACHADO, M.. O Trabalho Escravo no Brasil: do período colonial aos dias atuais. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor**, p. 1-29, 2014.

COMISSION ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CEPAL. **Panorama social de América Latina. Santiago de Chile**: Cepal, 2007. Acesso em: 1 mai. 2019. Disponível em: http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/30305/PSE2007_Cap3_Educacion.pdf

CROSSAN, M.; LANE, H.; WHITE, R. An organizational learning framework: from intuition to institution. **Academy of Management Review**, v.24, n.3, p. 512-539, 1999.

DAL'BÓ, T. L. Construindo pontes: o ingresso de estudantes indígenas na UFSCar: uma discussão sobre “cultura” e “conhecimento tradicional”. 2010. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2011.

DA LUZ, J. N. N.; VELOSO, T. C. M A. Sistema De Seleção Unificada (SISU): refletindo sobre o processo de seleção. *Educação e Fronteiras*, v. 4, n. 10, p. 68-83, 2014.

DA SILVA, S. J.; PINEZI, A. K. M.; ZIMERMAN, A. Ações afirmativas e inclusão regional: a experiência da Universidade Federal do ABC. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 233, 2012.

DE SOUSA, R. S.; IVENICKI, A. Multiculturalismo como política de inclusão/exclusão. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 27, n. 1, p. 279-299, 2016.

DOEBBER, C. S. Reconhecer-se diferente é a condição de entrada: tornar-se igual é a estratégia de permanência: das práticas institucionais à constituição de estudantes cotistas negros na UFRGS. Porto Alegre, 2011.

EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. **Academy of Management Review**, v.14, n.4, p. 532-550, 1989.

FERES JR, J.; DAFLON, V. T. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. *Sociologias*, v. 17, n. 40, p. 92-123, 2015.

GASPAR, L.; VIRGÍNIA, B. Ações afirmativas e políticas de cotas no Brasil: Uma Bibliografia 1999–2012. Ministério da Educação e Cultura,(Fundação Joaquim Nabuco), Recife, 2013.

GIL, A. C. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2010.

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saude publica**, v. 18, p. S57-S65, 2002.

HERINGER, R. Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. **Revista Tomo**, 2014.

JUNIOR, A. A. F. M.; FERREIRA, A. A. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 22, n. 82, p. 31-56, 2014.

KLAUS, F. Ensino e Pesquisa em Políticas Públicas – A proposta interdisciplinar da UFABC, 2014.

KONDRACK, N. L.; WELLMAN, N. S. **Journal of Nutrition Education and Behavior**. Content analysis: Review of methods and their applications in nutrition education. v.34, p. 224-230, 2002.

LEMOS, I. B. D. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. **Revista brasileira de educação**, v. 22, n. 71, 2017.

LOPES, M. A.; BRAGA, M. L. S. Acesso e permanência da população negra no ensino superior. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2007.

MAYORGA, C.; DE SOUZA, L. M. Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco. **Revista psicologia política**, v. 12, n. 24, p. 263-281, 2012.

MACHADO, E. A. Ação afirmativa, reserva de vagas e cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro:(2002-2012). **FLACSO: Laboratório de Políticas Públicas**, 2013.

MACIEL, F. Ações afirmativas: um dever do Estado. **Raízes Jurídicas**, v. 5, n. 2, 2015.

PARÉ, G. Investigating Information Systems with Positivist Case Study Research. **Communications of the AIS**, v. 13, n. 18, 2004.

PEREIRA, J. Projeto Pedagógico Institucional e Política de Ensino. **Universidade Federal do ABC – UFABC – Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2022**, v. 1, 2012.

POTTER, W. J.; LEVINE-DONNERSTEIN, D. Rethinking validity and reliability in content analysis. **Journal of Applied Communication Research**, 27, 255-284, 1999

POZZEBON, M.; DINIZ, E. H.; JAYO, M. Adapting the structurationist view of technology for studies at the community/societal levels. **Handbook of research on contemporary theoretical models in information systems**. New York: IGI Publishing, 2008.

RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça**. v.4. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v.19, n.3, 2014.

RIOS, R. et al. Análise do plano de permanência dos estudantes nas instituições federais de ensino superior brasileira, 2016.

SANTOS, H.; DE SOUZA, M. G.; SASAKI, K. O subproduto social advindo das cotas raciais na educação superior do Brasil. **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**, v. 94, n. 237, 2013.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo: EDUSP, 1974.

SILVEIRA, M. H. V.; BRAGA, M. L. S. O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional anti-racista. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**, 2007.

SOUZA, L. P.; PORTES, E. A. As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v.92, n.232, 2011.

TEIXEIRA, E. B. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, v.1, n.2, p. 177-201, 2003.

TONINI, A.M.; DUTRA, L.F. Formação tecnológica: responsabilidade e desenvolvimento social. 2009.

VILAS-BÔAS, R. M. Ações afirmativas e o princípio da igualdade. **América Jurídica**, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Apêndice A – Roteiro da entrevista

Qual grupo da UFABC você faz parte?

Corpo discente

Corpo docente

Servidor público ativo

Funcionário terceirizado ativo

Quanto tempo faz parte da instituição?

Qual grupo/departamento/iniciativa que você faz parte, possui interação com política de cotas ou de permanência e inclusão estudantil?

Qual o seu cargo neste grupo/departamento/iniciativa?

Você poderia citar e explicar brevemente o funcionamento de algumas das iniciativas institucionais de permanência e/ou integração estudantil ativas hoje na instituição, de seu conhecimento?

Agora, pensando em ações voluntárias (não promovidas pela instituição), como atividades culturais, grupos de integração, atividades esportivas, entre outras. Você consegue citar e explicar brevemente algumas das iniciativas feitas pela comunidade da UFABC que promovam a inclusão estudantil?

No quadro abaixo, foram separados em três grupos, alguns exemplos de ações de auxílio estudantil que promovem a permanência do estudante na universidade. Com base nas suas respostas nas duas últimas perguntas, o quanto você concorda que a UFABC e sua comunidade vem executando com qualidade, as iniciativas que se encaixam em cada uma das categorias? Considere 1 como discordo totalmente e 5 como concordo totalmente.

Categorias de auxílio estudantil	Discordo					Concordo				
	Totalmente					Totalmente				
	1	2	3	4	5					
Bolsas e auxílios financeiros, como: Moradia estudantil; alimentação e transporte.										
Inclusão sociocultural, como: Acesso à cultura, incentivo ao esporte e inclusão digital.										
Acompanhamento pedagógico personalizado, como: Acompanhamento médico, aconselhamento pedagógico e plano de aprendizagem para pessoas com deficiência e/ou transtorno de aprendizagem.										

Apêndice B – Inquérito para o corpo discente

Este questionário, busca compreender o conhecimento e interação de estudantes da UFABC sobre algumas políticas, iniciativas e grupos que lidam com a temática de inclusão e permanência estudantil dentro da Universidade.

O questionário é destinado apenas para corpo discente ingressante pelo Bacharelado de Ciência & Tecnologia(BC&T), visto que a pesquisa do autor busca coletar e analisar dados restritos a este público-alvo. Para este trabalho, no momento não serão considerados os dados coletados por ingressantes do Bacharelado em Ciências & Humanidades(BC&H).

Todos os dados coletados neste questionário e apresentados futuramente na pesquisa são sigilosos e anônimos. Ao responder esse questionário, você concorda em disponibilizar essas informações para os propósitos da pesquisa.

**Obrigatório*

Qual sua idade? *

Forma de ingresso na UFABC: *

Ampla concorrência (SISU)

Sistema de cotas (SISU)

Bacharelado de ingresso: *

Bacharelado de Ciências & Tecnologia (BC&T)

Bacharelado de Ciências & Humanidades (BC&H)

Considerando o tempo ideal da sua graduação, em qual momento você se encontra atualmente?*

Início do curso (primeiros dois anos)

Metade do curso (terceiro e quarto ano)

Final do curso (a partir do quinto ano)

A partir da lista abaixo de **órgãos e entidades estudantis** que interagem com as questões de **permanência e inclusão estudantil** na UFABC, selecione qual/quais você participa ou participou como membro/funcionário/colaborador:

- Diretório Central dos Estudantes (DCE)
- Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas da UFABC (ProAP)
- Núcleo de Acessibilidade
- Seção Psicossocial
- Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT)
- Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFABC (PROEC)
- Coletiva ou Movimento de Mulheres Olga Benário – Coletivos Feministas
- Negro Vozes – Coletivo que trata de questões raciais
- LGBT Prisma – Coletivo que trata de questões LGBTQ+
- Axix e CAAP – Atléticas estudantis ligadas a promoção do esporte
- Outro(s):

Nesta última seção, será destacado **algumas políticas institucionais, ações e grupos acadêmicos** presentes na UFABC. Leia com atenção e selecione para cada uma, o quanto você concorda que **conhece bem** as iniciativas/grupos que promovem a **inclusão e/ou permanência estudantil**. *Considere 1 como discordo totalmente que conheço e 5 como concordo totalmente que conheço:*

Políticas/Ações/Grupos	Discordo	Concordo			
	Totalmente	Totalmente			
	1	2	3	4	5

<p>Bolsa Permanência: Repasse financeiro(R\$400) destinado a prover as condições mínimas para adaptação e dedicação à formação acadêmica.</p> <p><i>Oferecido pela ProAP para alunos considerados dentro do perfil.</i></p>				
<p>Auxílio Transporte (Fretado): Oferecimento gratuito de transporte coletivo de ônibus intercampi entre as unidades da UFABC (Santo André e São Bernardo do Campo).</p> <p><i>Oferecido pela Universidade a todos os estudantes.</i></p>				
<p>Auxílio Alimentação: Oferecimento de 20 a 40 refeições gratuitas nos Restaurantes Universitários (RU), visando a segurança alimentar e nutricional dos estudantes.</p> <p><i>Oferecido pela ProAP para alunos considerados dentro do perfil.</i></p>				
<p>Auxílio Creche: Repasse financeiro(R\$150) destinado a suprir as despesas com creche para estudantes com filhos de zero a seis anos.</p> <p><i>Oferecido pela ProAP para alunos considerados dentro do perfil.</i></p>				
<p>Auxílio Moradia: Repasse financeiro(R\$300) destinado às despesas com moradia para estudantes que necessitam morar fora de seu domicílio familiar.</p> <p><i>Oferecido pela ProAP para alunos considerados dentro do perfil.</i></p>				
<p>Empréstimo de Tecnologias Assistivas: Destinado a alunos portadores de deficiência, empréstimo de computadores com leitor de tela, ampliador eletrônico portátil e gravador de voz.</p> <p><i>Oferecido pelo Núcleo de Acessibilidade.</i></p>				
<p>Auxílio à deficientes auditivos: Tradutores e intérpretes de Libras(Língua Brasileira de Sinais) durante as aulas.</p> <p><i>Promovido pelo Núcleo de Acessibilidade.</i></p>				

<p>Monitoria Inclusiva (M.I.): Monitores que auxiliam estudantes portadores de deficiência nas atividades acadêmicas. Os monitores são contemplados com uma bolsa de fomento.</p> <p><i>Promovido pelo Núcleo de Acessibilidade.</i></p>				
<p>Auxílio Acessibilidade: Repasse financeiro(R\$400) para os estudantes da graduação com deficiência cadastrada no Núcleo de Acessibilidade. Destinado às despesas dos estudantes que necessitam suprir necessidades básicas para sua permanência na graduação</p> <p><i>Promovido pelo Núcleo de Acessibilidade.</i></p>				
<p>Acolhimento Psicossocial: Acompanhamento de estudantes por assistentes sociais ou psicólogos, auxiliando no processo de reflexão pessoal. Realização de encaminhamentos internos e externos, quando necessários.</p> <p><i>Oferecido pela Seção Psicossocial da ProAP.</i></p>				
<p>Sarau Empretecer (Negro Vozes): Projeto cultural com o intuito de viabilizar um espaço de expressão composto por manifestações artísticas socialmente marginalizadas. Ocorre mensalmente na universidade.</p> <p><i>Oferecido pelo Coletivo Negro Vozes e promovido pela PROEC.</i></p>				
<p>Movimento LBGT Prisma: Coletivo que trata as ações e iniciativas LGBTQ+. Principais articuladores das cotas para pessoas transgêneras vigentes na UFABC.</p>				
<p>Coletiva UFABC : Coletivo feminista da UFABC que pauta assuntos relacionados ao feminismo, promovendo debates, palestras e atividades de integração.</p>				
<p>Diretório Central dos Estudantes (DCE): Entidade representativa de todos os estudantes, organizando espaços de discussão e decisão, como assembleias levantando pautas do movimento estudantil.</p>				

AXIX e CAAP: Atléticas acadêmicas que promovem o acesso a diversas modalidades esportivas, através de treinos e competições.					
---	--	--	--	--	--